

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

COLEGIADO DE CURSO: PAPÉIS E FUNÇÕES REAIS

Dissertação apresentada ao Cur
so de Pós-Graduação em Administração.
Opção: Administração Universitária,
como exigência parcial à obtenção do
Grau de Mestre.

MARIA ESMÊNIA RIBEIRO GONÇALVES

Florianópolis
1984

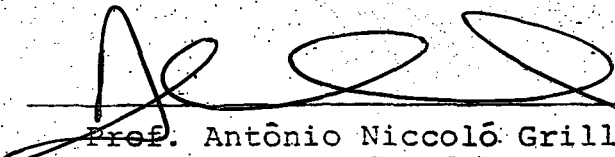
Colegiado de Curso: Papéis e Funções Reais.

Maria Esmênia Ribeiro Gonçalves

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do
título

de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

(área de concentração: Administração Universitária) e aprovada em sua
forma final pelo Curso de Pós-Graduação.

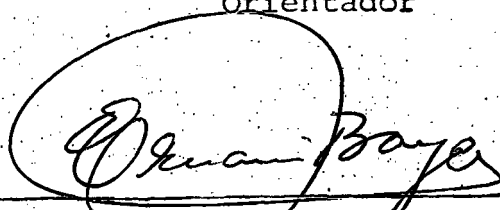


Prof. Antônio Niccoló Grillo
Coordenador do Curso

Apresentada perante a banca examinadora composta dos Professores:



Rabah Benakouche
Orientador



Ernani Bayer



Ilse Scherer Warren

Para

Aníbal, Evelise, Rodrigo e Daniel, com
panheiros de muitas lutas. Umas, já
travadas; outras, por travar...

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Rabah Benakouche, pelo apoio e orientação constantes;

- às pessoas que concederam entrevistas, responderam questionários e nos colocaram à disposição material particular e/ou de arquivo;

- à Professora Carmem Dolores de Freitas de Lacerda, do Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação, pelo assessoramento dado;

- ao Prof. Alonso Marques Silva pela minuciosa correção;

- à Bibliotecária Rosaura Schmitz Schweitzer pela revisão bibliográfica;

- ao João Inácio Müller pelos serviços datilográficos.

RESUMO

Constitui objeto desta pesquisa, a ação dos colegiados de curso de graduação, enquanto segmento da estrutura burocrática da universidade.

A análise da ação dos colegiados de curso, prende-se a aspectos da inflexibilidade do modelo burocrático que não permite a participação dos seus membros no processo decisório e a relação deste aspecto com o da efetividade do órgão.

O poder de decisão inexistente nos colegiados de curso, portanto, é a hipótese que tentamos comprovar a partir da contextualização histórica da universidade brasileira.

A contextualização histórica é feita tendo em vista a vinculação do assunto com os aspectos sócio-político-econômico da sociedade.

No plano teórico, busca-se colocar em relevo a universidade enquanto modelo burocrático que leva a sua administração, já a partir dos seus órgãos setoriais, a constituir-se como um fim em si mesmo e não como um meio.

Embasados nos aspectos histórico e teórico referidos a pesquisa foi feita através de entrevistas semidiretivas com pessoas que estiveram diretamente ligadas à constituição do órgão na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); de entrevistas semidiretivas com pessoas que hoje estão diretamente envolvidas no funcionamento destes órgãos (Pró-Reitores, Coordenadores e outros); de leitura de atas e documentos legais sobre atuação dos colegiados no período de agosto de 1981 a agosto de

1983; e de pesquisa de opinião junto a 20% do total dos membros dos colegiados da UFSC.

O trabalho tem um caráter sistematizador das constatações e considerações já feitas por grande número de professores que, após integrar tais colegiados, tiveram preocupação com os resultados da sua ação, bem como por outras pesquisas aqui citadas.

O trabalho não pretende ter o caráter de um diagnóstico, porém oferece elementos para os que assim quiserem considerá-lo.

Enfim, constam do trabalho, considerações que culminam numa proposta alternativa para o funcionamento da coordenação didática dos cursos dentro da universidade.

ABSTRACT

The object of this research is the action of the collegiate board of the undergraduation course, as a section of the bureaucratic structure of the university.

The analysis of the action of the collegiate board of the courses is concerned with the lack of flexibility of the bureaucratic model, that doesn't allow the participation of its members in the process of taking decisions and the relation of this aspect with that of the effectiveness of the organ.

The decision-making power that doesn't exist in the course's collegiate board, therefore, is the hypothesis we are trying to demonstrate departing from the historical context of brasilian university.

The historical context is considered having in view the connection of the subject with social, political and economic aspects of society.

On the theoretical level, we endeavour to render the university conspicuous as a bureaucratic model that makes its administration, already departing from its sectorial organs, be established as an end in itself and not as a means.

Based in the mentioned historical e theoretical aspects, the research was made through semi-directive interviews with persons that were directly involved in the constitution of the organ at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); through semidirective interviews with persons that are today directly involved in the administration of such organs (Sub-Rectors, Coordinators and others); through the reading of proceedings and

legal documents about the performance of the collegiate boards during the period of August 1981 to August 1983; and through opinion inquiry involving 20% of the total collegiate board's of the UFSC.

The work has a systematizing nature towards the verifications and considerations already made by a large number of teachers who, after participating in such collegiate boards, became worried about the results of their action, as well as by other researches here mentioned.

The work doesn't intend to be a diagnosis, but affords ingredients for those who wish to consider it as such.

Finally, we find in this work considerations that culminate in an alternative proposition for the operating of the didactic co-ordination of the courses inside the university.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	5
CAPÍTULO II - COLEGIADO DE CURSO: A PROPOSTA	18
2.1. A Proposta no Contexto da Reforma Universitária ...	18
2.2. A Proposta nas Universidades Brasileiras	27
2.3. A Proposta na UFSC	31
2.3.1. Aspectos Legais	31
2.3.2. A Filosofia da Proposta	34
2.3.3. A Realidade da Proposta na UFSC, Hoje	37
CAPÍTULO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
- PROPOSTA ALTERNATIVA	97
ANEXOS	
ANEXO Nº 1	103
ANEXO Nº 2	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

SUMÁRIO DAS TABELAS

	Página
Tabela nº 1 - Colegiados de Curso - Dados Gerais	38
Tabela nº 2 - Atividades mais Significativas Desenvolvidas pelo Atual Colegiado	41
Tabela nº 3 - Atividades Significativas em Desenvolvimento pelo Atual Colegiado	43
Tabela nº 4 - Atividades que Poderiam Ser Desenvolvidas pelo Colegiado	45
Tabela nº 5 - Decisões Tomadas pelos Colegiados e Não Executadas	47
Tabela nº 6 - Motivos da Não Execução Imediata das Decisões dos Colegiados	48
Tabela nº 7 - Número de Reuniões Convocadas para os Colegiados da Amostra	51
Tabela nº 8 - Questões Curriculares Tratadas pelos Colegiados de Curso	53
Tabela nº 9 - Atividades de Organização e Ação dos Colegiados de Curso	55
Tabela nº 10 - Ação Discente nos Colegiados de Curso	58
Tabela nº 11 - Questões de Estágio Tratados pelos Colegiados de Curso	59
Tabela nº 12 - Outros Assuntos Tratados pelos Colegiados de Curso	60
Tabela nº 13 - Exercício de Atribuições da Coordenação Didática dos Cursos de Graduação	70

Tabela nº 14 - A Ação dos Colegiados de Curso e a Questão da Inovação Educacional	74
Tabela nº 15 - A Ação dos Colegiados de Curso e a Questão das Atribuições	78
Tabela nº 16 - A Ação dos Colegiados de Curso e Alguns <u>Fa</u> tores Motivacionais	82
Tabela nº 17 - A Ação dos Colegiados e Aspectos do Pro- cesso de Tomada de Decisão	84

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa estudar o funcionamento dos colegiados de curso, no contexto da universidade brasileira, esta instalada sob o modelo burocrático.

A coordenação didática dos cursos passou a constituir preocupação nossa, já a partir da prática docente, porém, foi a nossa experiência como coordenadora de curso e mais tarde somente como membro de colegiado de curso, que motivou a realização desta pesquisa.

A leitura de outros estudos, a discussão com colegas também preocupados com o assunto e com a busca de novas alternativas para a universidade brasileira foram também incentivos que nos impulsionaram.

Os procedimentos que adotamos no decorrer do trabalho procuraram detectar as condições de atuação, a formação, as dificuldades e as ansiedades vividas dentro deste órgão.

Junto à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), con seguimos os dados iniciais e, após definirmos os critérios, fi

zemos o sorteio da amostra a ser estudada.

Como pretendíamos ter uma noção da situação nas diferentes áreas, sorteamos dois cursos de cada área de conhecimento. O curso de Agronomia, por ser o único na área, foi automaticamente selecionado.

As entrevistas foram feitas semidiretivamente com pessoas que participaram do planejamento e implantação do órgão; com pessoas que participam hoje da coordenação destes órgãos, tanto a nível de reitoria quanto a nível do próprio órgão.

Com as pessoas que integraram este órgão, como membros, aplicamos um questionário de opinião previamente testado em sujeitos com as mesmas características daqueles que constituíram a amostra definitiva.

Esta amostra constituída de 20% dos professores que integraram os colegiados de curso, no período agosto de 1981 a agosto de 1983, envolveu obrigatoriamente representantes de todos os cursos da UFSC.

Poucos não responderam ao questionário sendo que, se considerarmos a representatividade por curso, somente não estão representados os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Odontologia que não devolveram os referidos questionários.

A receptividade no contexto da UFSC foi muito boa, tanto em relação às entrevistas gravadas, quanto em relação ao fornecimento de documentos e devolução dos questionários. Foi significativo o número de colegas que nos procuraram, após o recebimento do questionário, para discutir desde o assunto da pesquisa até a formulação das questões do questionário.

A todos a quem nos apresentávamos, principalmente para a

entrevista, era garantido o sigilo dos depoimentos e nomes, solicitado por muitos e por nós considerado fundamental para a apresentação dos resultados.

Estes resultados são apresentados em três capítulos.

No primeiro capítulo, fizemos uma revisão da literatura existente, com o objetivo de analisar as diferentes teorias da educação, bem como a evolução das diferentes teorias da burocracia. Esta revisão nós a fizemos para deixar bem claro o momento do debate, no qual iríamos inserir nossa reflexão, bem como deixar explícito os pressupostos teóricos que nortearam nossa análise da universidade, enquanto organização burocrática.

Neste sentido, enfocamos o entendimento de educação desde a visão de educação como mecanismo básico para a construção e manutenção do sistema social, passando pela visão de educação como fator imprescindível na manutenção das relações de produção capitalista, portanto de dominação, até a visão de educação como mecanismo de uma nova ordem social. Isto fez-se necessário à medida em que estas teorias permeiam o discurso da reforma e a ação da universidade.

No segundo capítulo, ao falarmos da proposta de organização de colegiados de curso, partimos de breve retrospecto sobre aspectos do contexto sócio-econômico-político, vigentes no momento da concepção da reforma universitária.

Assim sendo, partindo de uma caracterização do modelo brasileiro implantado em 1964 no Brasil, abordamos aspectos que constituíram o pano de fundo da reforma universitária, tais como: o movimento estudantil, os acordos MEC-USAID, o Plano ATCON e o Relatório Meira Matos. Neste capítulo, analisamos ainda, a

proposta de colegiados de curso, no âmbito da UFSC. Partimos da leitura de aspectos legais, passando pela análise da filosofia que norteou a sua implantação, segundo seus implantadores e, finalmente a partir de diferentes dados, fizemos a análise da realidade dos colegiados de curso hoje, na UFSC.

Nesta última etapa foram decisivas as leituras feitas nas atas das reuniões destes órgãos.

No terceiro capítulo destacamos algumas considerações a respeito dos dados coletados.

Estas considerações foram feitas sobre dois aspectos, ou seja: sobre o órgão como parte da organização burocrática da universidade e sobre seus membros, também como integrantes desta organização burocrática.

Finalmente, fazemos uma proposta alternativa que submetemos à apreciação da comunidade universitária, como fonte geradora de debates sobre o assunto.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Pretendemos aqui caracterizar teoricamente a educação dentro da sociedade capitalista e o papel da escola dentro da mesma.

Esta caracterização não será exaustiva no que se refere aos referenciais teóricos já desenvolvidos, sendo que pretendemos analisar sinteticamente apenas aqueles aspectos que nortearão este estudo.

O entendimento de educação como um mecanismo de edificação de uma nova ordem social servirá de referencial teórico à análise dos dados coletados.

A contribuição das "teorias não críticas e das teorias crítico reprodutivistas"¹ será fundamental para delinear os

¹Dermeval Saviani identifica como teorias não críticas aquelas onde a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros; e, identifica como teorias crítico reprodutivistas aquelas que concebem a sociedade como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicos que se relacionam à base da força a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção de vida material. Sobre o assunto ver, SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo, Autores Associados Cortez, 1983. 96p.

contornos da questão referida.

Parece-nos necessário analisar os contornos das linhas de evolução destas teorias, bem como da evolução das teorias da burocracia, para explicitar o espaço teórico no qual iremos inserir nossa reflexão.

A análise do entendimento de educação, desde a visão de educação como mecanismo básico para a construção e manutenção do sistema social, passando pela visão de educação como fator imprescindível na manutenção das relações de produção capitalista, portanto de dominação, até a visão de educação como mecanismo de edificação de uma nova ordem social, faz-se necessária à medida em que estas teorias permeiam o discurso da reforma e a ação da universidade.

Na concepção de educação como mecanismo de constituição, manutenção e perpetuação de sistemas sociais, influência de autores como Durkheim², o conflito, a contradição, a luta, a mudança social são eliminados dos seus sistemas societários, uma vez que valores genéricos como continuidade, conservação, ordem, harmonia e equilíbrio são princípios básicos no funcionamento de tais sistemas.

Esta concepção evolui em autores como Dewey³ e Mannheim⁴. Ambos vêem a educação como fator de dinamização das estruturas, através do ato inovador do indivíduo.

Enquanto na concepção dos primeiros autores o homem so-

²DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 8ed. São Paulo, Melhoramentos, 1972. 91p.

³DEWEY, John. Vida e educação. São Paulo, Melhoramentos, 1971. 113p.

⁴MANNHEIM, Karl & STEWART, W.A.C. Introdução à sociologia da educação. São Paulo, Cultrix, 1972. 202p.

mente reproduz, na concepção destes últimos o homem é habilitado a atuar no contexto social em que vive, sendo capaz de reorganizar este contexto. Para ambos, a educação é vista como agente de democratização da sociedade, sendo que para Dewey, a democratização será alcançada pela ação da escola, enquanto que para Mannheim a democratização é tarefa da ciência.

"O objetivo final, para esses autores, é a sociedade democrática harmoniosa, em que reine a ordem e a tranquilidade, onde conflitos e contradições encontram seus mecanismos de solução e canalização"⁵, enquanto a função da educação se reduz à manutenção da ordem social vigente.

A concepção histórica de sociedade e do homem, onde a característica principal dessa sociedade é a sua estrutura de classe, decorrente da divisão social do trabalho, é o princípio norteador da teoria da violência simbólica de Bourdieu e Passeron.⁶

Para eles "o sistema educacional situado num processo histórico, numa dada sociedade capitalista (França, século XX) cumpre um papel fundamental na reprodução da estrutura de classe, decorrente da divisão de trabalho, baseada na apropriação diferencial dos meios de produção e na reprodução cultural."⁷

"Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua for-

⁵ FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. p.13.

⁶ BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claredé. A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975. 289p.

⁷ GRACIANI, Maria Stela Santos. O ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes, 1982. p.30.

ça, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força."⁸

Nesse sentido, "a violência simbólica se manifesta de múltiplas formas: a formação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa, jornais, etc.; a pregação religiosa; a atividade artística e literária; a propaganda e a moda; a educação familiar, etc. No entanto, na obra em questão, o objetivo de Bourdieu e Passeron é a ação pedagógica institucionalizada, isto é, sistema escolar. Daí, o subtítulo da obra: "elementos para uma teoria do sistema de ensino"."⁹

A teoria da violência simbólica, a partir dos seus axiomas, não deixa dúvidas quanto à função de reprodução das desigualdades sociais desempenhada pela educação.

A teoria proposta pelos dois autores é bastante crítica.

Prost¹⁰, por exemplo, diz que Bourdieu e Passeron "excluem todas as possibilidades de transformação do ensino e, por meio dele, da sociedade, ainda que parcialmente. Dito de outro modo, esse "nihilismo orgulhoso" afirma em última instância, que sendo as coisas o que são é impossível serem diferentes. É então um pensamento desmobilizador, tendendo à conservação da ordem."

Numa proposta semelhante, a escola, para Althusser¹¹, é

⁸BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. op. cit., p.19.

⁹SAVIANI, Dermeval. op. cit., p.20.

¹⁰PROST, Antoine. Une sociologie stérile; la reproduction. apud CUNHA, Luiz Antônio. Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. Educação e sociedade, São Paulo, (4):86, set 1979

¹¹ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, Presença, s.d. 120p.

caracterizada como aparelho ideológico do estado, preenchendo a função básica de reprodução das relações materiais e sociais de produção. A escola qualifica os indivíduos para o trabalho, inculca-lhes uma certa ideologia, sujeitando-os ao esquema de dominação vigente.

A diferença entre Bourdieu e Passeron de um lado e Althusser é que este último não nega a luta de classes, porém afirma que esta luta fica praticamente diluída, tal é o peso que adquire aí a dominação burguesa. Mais ainda: a luta de classes resulta nesse caso heróica, mas inglória, já que sem nenhuma chance.¹²

Dentro destas teorias críticas, porém reprodutivistas e até desmobilizadoras, tem lugar ainda a teoria da escola dualista, elaborada por C. Baudelot e R. Establet.¹³

A escola nesta teoria está dividida em duas grandes redes, correspondendo às duas classes da sociedade capitalista: a burguesia e o proletariado. As duas redes de escolaridade demonstradas por Baudelot-Establet são: uma rede secundária-superior a que chamam SS, e uma rede primária profissional dita PP. Estas duas redes são descritas como heterogêneas, opostas, antagônicas. A rede PP escolariza em massa as crianças das classes operárias e camponesas e a rede SS reúne as crianças da burguesia.

Para os autores "a massa de crianças originárias das classes sociais antagonistas é, e continua escolarizada em redes opostas e assim conduzida ou antes reconduzida a situações

¹² SAVIANI, D. op. cit., p.28.

¹³ Nesse sentido vide: BAUDELLOT, C. & ESTABLET, R. L'école capitaliste en France. Paris, François Maspero, 1971. 241p.

sociais opostas.

A escola, nesta teoria, enquanto aparelho ideológico é um instrumento da burguesia contra o proletariado. A escola no entanto não é vista como palco e alvo da luta de classes.

Não temos dúvidas de que estas teorias tiveram influências sobre o nosso sistema de ensino, sendo que ousamos até afirmar que o desânimo e a descrença em relação à escola, evidenciados hoje na prática de muitos educadores são frutos destas influências.

Uma outra realidade, porém, começa já a tomar corpo e constitui motivo de esperança no sentido de superar tanto o poder ilusório das primeiras teorias quanto a mensagem desmobilizadora das últimas. Esta realidade mostra a escola, como local de luta; a escola como domínio não exclusivo da classe dominante.

Apesar de entendermos que a escola não pode conduzir sozinha o movimento da luta pela mudança social e que depende, para desempenhar o seu papel, do nível de luta dos segmentos da sociedade, entendemos também que é possível trabalhar dentro dela para aumentar as oportunidades das camadas populares.

Assim sendo, a contribuição fundamental da escola, entre tantas outras que pode oferecer nesta luta pela mudança social, é sem dúvida a luta para a reapropriação dos conhecimentos pelas classes populares. Hoje, o conhecimento se constitui propriedade e privilégio da classe dominante.

Conforme Snyders, "a luta é real, possível, necessária; lutar para dispor de professores formados, classes pouco numerosas, não mais do que... alunos por classe, lutar para desmistifi

ficar as matérias transmitidas, e ao mesmo tempo denunciar a incompatibilidade destes objetivos com o poder atual é obter de imediato, sem qualquer dúvida, alguns êxitos."¹⁴

Tal é o contexto teórico-prático no qual inserimos o papel da escola na sociedade.

Permeia a análise da ação dos colegiados de curso o nosso entendimento de que a democratização do ensino não ocorrerá sem conflitos, sem lutas, e com reformas parciais e fragmentadas; o entendimento também de que só o aumento cultural proporcionado pela escola, habilitará para uma melhor compreensão do mundo e para uma luta eficaz por melhores condições de vida; o entendimento de que a escola não pode continuar separada das lutas sociais no seu conjunto, das lutas políticas e das lutas sindicais; o entendimento, enfim, como já o dissemos, de que a escola não é domínio exclusivo da classe dominante.

Esta proposta aponta na direção de uma sociedade aonde a divisão do saber seja diferente de como se apresenta hoje.

O quadro teórico abordado até aqui fundamentará a análise da ação deste segmento da universidade, ou seja, dos seus colegiados de curso, onde procuramos identificar a influência dos diferentes entendimentos de escola, de sociedade e de educação no produto final destes órgãos.

A análise de aspectos referentes à estrutura e funcionamento dos colegiados de curso, no contexto da instituição universitária, será feita neste trabalho, utilizando-se o modelo burocrático de Weber, como base para a conceituação de relações

¹⁴SNYDERS, G. Escola, classe e luta de classes. Lisboa, Moraes, 1977. p.102.

de Poder e Autoridade.

Os seguidores ou críticos de Weber fornecerão também o embasamento teórico necessário à leitura crítica das nossas contatações empíricas, permitindo a generalização sobre elas.

Aqui é necessário uma abordagem sucinta sobre a evolução dos estudos, sobre as organizações enfatizando, em específico as questões de poder, na medida em que esta evolução permeia a prática pedagógico-administrativa da universidade.

Estes estudos nos mostram como passamos do racionalismo da teoria clássica, ao estudo das organizações em termos de relações humanas, e desta ao desenvolvimento do estudo das tomadas de decisão, num tipo de análise também racionalista, porém que permite a integração de todos os conhecimentos adquiridos na abordagem humanística da administração. As relações de poder, em cada uma destas etapas, são concebidas diferentemente.

Nesta perspectiva Crozier¹⁵, escreve "a teoria racionalista clássica da organização científica pretendia, de fato, ignorar o problema completamente. O modelo mecanista do comportamento humano, sobre o qual ela se assenta, exclui as relações de poder."

Uma reação contra a teoria racionalista, na década de 30, provocou uma verdadeira reelaboração dos conceitos dos princípios de administração, até então aceitas como dogmáticas, criando um clima propício à teoria das relações humanas. Ela é responsável pela descoberta do fator humano, pregando que a principal tarefa da administração seria a de solucionar qualquer conflito entre os interesses humanos e os interesses da organiza-

¹⁵ CROZIER, Michel. O fenômeno burocrático. Brasília, Universidade de Brasília, 1981. v.1, p.212.

ção, no sentido de aumentar a satisfação pessoal.

Paradoxalmente, os autores da teoria das relações humanas também não atacaram os problemas de poder. "Entendendo a organização como uma pirâmide de relações informais e recusando-se a prestar atenção ao sistema hierárquico formal e à forma de governo ou de controle social, graças aos quais uma organização pode controlar seus recursos humanos, eles puderam furtar-se aos problemas de poder, tão bem como o fizeram os clássicos da organização."¹⁶

A abordagem parcialista, tanto da teoria clássica quanto da teoria das relações humanas gerou a realização de novos estudos e experiências que culminam no conceito de racionalidade e análise de todos os fatores que podem limitar o exercício desta racionalidade. Alguns estudiosos foram buscar em Max Weber subsídios para uma nova teoria das organizações. Desde então "a abordagem estruturalista de Weber, se impõe sobre a abordagem clássica e a abordagem das relações humanas. A organização por excelência, para Weber é a burocracia."¹⁷

O modelo burocrático de Weber "que se caracteriza pelos seguintes traços: 1) continuidade; 2) a delimitação dos poderes através de regras impessoais; 3) a existência de uma hierarquia de controles; 4) a separação entre a vida privada e a função; 5) a supressão da hereditariedade das funções; 6) a existência de um procedimento escrito. Três elementos; todavia, parecem finalmente essenciais em seu tipo ideal: a impersonalidade (das regras, procedimentos e nomeações), o caráter de perito e especialistas dos funcionários e a existência de um sistema hierár-

¹⁶CROZIER, M. op. cit., p.215.

¹⁷CHIAVEMATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 2ed. São Paulo, McGraw Hill, 1976. p.202.

quico estrito que implique subordinação e controle"¹⁸, e as suas disfunções fornecerão o quadro teórico para análise das relações de poder dentro da estrutura burocrático da universidade.

Na estrutura da universidade, em função da distribuição do poder nos detivemos na análise dos seguintes aspectos: extensão do desenvolvimento das regras impessoais; a centralização das decisões; o isolamento de cada estrato ou categoria hierárquica e o desenvolvimento de relações de poder paralelas em redor das áreas de incerteza.¹⁹

Apoiados em Crozier, entendemos que as regras funcionam como meios que cada indivíduo utiliza para se proteger contra as pressões dos seus superiores. Esta proteção passa a constituir-se num isolamento com pelo menos duas conseqüências, ou seja, de um lado, o indivíduo fica privado de toda iniciativa e, portanto, do ato de inovar; por outro lado, o indivíduo fica completamente livre de qualquer dependência pessoal.

Não há relação afetiva entre superiores e subordinados. O que quebra a rigorosidade deste quadro é a existência de um pouco de incerteza que sempre deixa uma margem de ação dos indivíduos.

Será motivo de análise ainda, a questão da centralização e descentralização administrativa. O modo de distribuir o poder nas organizações está intimamente ligado ao padrão de centralização, que direcionam as formas legítimas de poder. Quando se deseja salvaguardar as relações de impersonalidade, é indispensável que todas as decisões não eliminadas pelo estabelecimento

¹⁸CROZIER, M. op. cit., p.261.

¹⁹A seleção destes aspectos foi inspirada no estudo proposto por CROZIER sobre o que ele chama de "sistema burocrático de organização". Ver CROZIER, M. op. cit.

de regras impessoais sejam tomadas em um nível no qual os que serão por elas responsáveis possam estar protegidos contra as pressões excessivamente pessoais daqueles que serão afetados por essas decisões.

Crozier²⁰ afirma que "o poder de adotar decisões para interpretar e completar as regras, bem como o de substituí-las por outras novas, terá a tendência a afastar-se cada vez mais das células de execução ou de maneira mais geral, do nível hierárquico no qual serão aplicados. Uma segunda consequência para o autor é a de os que decidem não conhecem os problemas que devem destrinchar, e os que conhecem os problemas não têm poderes necessários para efetuar as adaptações requeridas, nem para experimentar as inovações indispensáveis."

Quanto à descentralização Graciani²¹, afirma que "esta é maior quando nenhuma supervisão é feita ao tomar-se uma decisão; menor, quando os supervisores têm de ser informados da decisão depois que é tomada; ainda menor quando os supervisores têm que ser consultados antes de se tomar a decisão.

Portanto, quanto menor o número de pessoas consultadas e mais baixo estiverem na hierarquia administrativa maior será o grau de descentralização na organização."

O desenvolvimento das regras impessoais e a centralização das decisões, recursos determinantes do tipo de poder predominante na instituição, geram como consequência o isolamento das categorias hierárquicas, tanto em relação aos superiores quanto aos subordinados.

Este isolamento gera a pura e simples sobreposição de

²⁰CROZIER, M. op. cit., p.263.

²¹GRACIANI, M.S. op. cit., p.44.

estratos com pouca possibilidade de comunicação entre si e pouco espaço para o desenvolvimento de grupos que possam reunir membros de vários estratos.

O indivíduo dentro de cada estrato encontra-se condicionado aos interesses do grupo de pares e não podendo achar outra medida para seus esforços, a não ser a conformação com as regras impessoais e às normas de sua categoria profissional e hierárquica, encontra-se completamente submetido a uma determinação coletiva.

Enfim, o desenvolvimento de relações paralelas de poder, consequência do tipo de poder predominante na instituição, nasce da impossibilidade de eliminar todas as fontes de incerteza existentes no interior da instituição através da multiplicação de regras impessoais e da centralização.

Os indivíduos e os grupos que controlam uma fonte de incerteza, dentro de um sistema de relações de atividades poderão dispor de um certo poder sobre aqueles cuja situação poderia ser afetadas por essa incerteza.

Com o desenvolvimento das áreas de incerteza desenvolve-se o conflito. É o conflito, que gera a mudança. Um sistema de organização burocrática somente cede à mudança quando já tem engendrado disfunções realmente graves, contra as quais lhe é impossível defender-se.

A crise dentro da instituição constitui aliás, o único meio de chegar a operar os reajustes necessários. Durante a crise, certas iniciativas pessoais podem até prevalecer.

Portanto, entendendo educação como a busca constante de novas alternativas para a construção de uma nova ordem social,

e entendendo a crise como o momento propício à geração destas alternativas, buscaremos identificar o quanto a universidade, através dos seus órgãos, em específico o colegiado de curso, está consciente desta necessidade de buscar o novo e está comprometida com a busca deste novo.

Isto se justifica na medida em que entendemos que para que haja uma mudança real da sociedade é preciso que o homem adquira novas capacidades; é preciso que saibamos avaliar o peso real dos obstáculos que se nos apresentam, e o preço que devemos pagar pela eliminação dos quais podemos nos desembaraçar; é preciso ainda que tenhamos consciência de que os obstáculos são frutos da ação do homem e como os homens podem aprender a ser diferentes, vale a pena convencê-los a participar da mudança!

Resumindo diríamos que hoje, mais importante que a denúncia dos condicionantes concretos da educação feita pelos estudos sobre a escola como AIE, é o reconhecimento da dimensão política desta Educação. É o reconhecimento também da parcela de responsabilidade da escola, enquanto espaço de luta na construção de um novo projeto social. Esta luta que entendemos será um trabalho desalienado, realizado pela escola em conjunto com todos os segmentos da sociedade.

No próximo capítulo veremos a proposta de colegiado de curso e a contribuição destes colegiados para o desenvolvimento do papel da universidade, quer como instrumento de manutenção e fortalecimento do "status quo", quer como local de discussão consciente da contribuição da universidade na construção deste novo projeto social.

CAPÍTULO II

COLEGIADO DE CURSO: A PROPOSTA

Para entendermos a ação dos colegiados de curso, seja em função dos objetivos "idealmente" propostos, seja dos "realmente" conseguidos, a luz dos pressupostos teóricos levantados no capítulo I faremos a análise da proposta de ação destes órgãos. Inicialmente, no contexto da reforma universitária e, em seguida no contexto das universidades brasileiras, com destaque para a UFSC.

Na última parte deste capítulo, com base nos dados coletados sobre a prática destes colegiados na UFSC, no período agosto de 1981 a agosto de 1983, buscaremos identificar os papéis por eles desempenhados e os resultados conseguidos.

2.1. A Proposta no Contexto da Reforma Universitária

Considerando-se que este não é o tema central do estudo a que nos propusemos, faremos referências somente aos principais aspectos.

Romanelli²², sobre o modelo brasileiro implantado a partir de 1964 no Brasil, contexto portanto da reforma universitária, citando Celso Furtado, assim o define: "O modelo é concentrador da renda já que segue o caminho das sociedades periféricas que se industrializam a partir de um processo de modernização introduzido pela modificação nos padrões de consumo de uma camada restrita da população. Esse processo condiciona a industrialização que se faz intensiva de capital em meio a um excedente de mão de obra." E Jaguaribe²³, acrescenta: "Ele é despopularizante, desmobilizante, despolitizante e, através da difusão e da repressão, enseja a possibilidade de uma administração tecnocrática, respaldada pelo poder militar e corresponde às demandas, no fundamental, da classe média e da burguesia."

Sob a égide deste modelo, impulsionada por acontecimentos como as propostas dos movimentos estudantis debatidas nos seminários e encontros da UNE (União Nacional de Estudantes); a participação internacional promovida pela USAID (United States Agency of Internacional Development) e do relatório apresentado pela Comissão Especial para Assuntos Estudantis (o Relatório Meira Matos), foi que nasceu a Reforma Universitária. "As manifestações estudantis que afloram por todas as universidades tinham como denominador comum a exigência de uma reforma de base: extinção de cátedra, melhores condições curriculares e didáticas, democratização das universidades e sobretudo maior participação docente e discente nos diferentes níveis de decisão."²⁴

²² ROMANELLI, Otaiza. História da educação no Brasil. 2ed. São Paulo, Vozes, 1980. p.194.

²³ JAGUARIBE, Hélio. O modelo político e a estrutura econômico-social brasileira. Encontro com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (4):129, out 1978.

²⁴ GRACIANI, M.S. op. cit., p.19.

A participação estudantil foi fundamental como instrumento de pressão à ação do governo no que se referia ao movimento da reforma universitária. Neste sentido, os encontros e seminários da UNE, promovidos entre 1961 e 1963, foram decisivos para marcar a posição dos estudantes a respeito da reforma.

Dos encontros e seminários resultaram vários documentos onde os estudantes sempre enfatizavam a necessidade de uma reforma da sociedade e as questões políticas mais globais.

Os pedidos de revogação dos acordos MEC-USAID caracterizaram o movimento estudantil no período 1964-1967. Neste período merece destaque também nas lutas estudantis a questão dos "excedentes". "Com a recusa dos estudantes de participar do grupo de trabalho da reforma universitária e com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968 e do Decreto-lei nº 477, em fevereiro de 1969, cessaram todas as manifestações de reivindicações no meio universitário."²⁵

As críticas estudantis e intelectuais somadas a uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social da educação, agravou a já existente crise no sistema educacional. "Esta na verdade, acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a Agency for International Development (AID) - para assistência e cooperação financeira dessa agência à organização do sistema educacional brasileiro. Este é o período dos chamados acordos MEC-USAID."²⁶

O primeiro destes acordos foi assinado em 1964²⁷, sendo

²⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977. p.51.

²⁶ ROMANELLI, O. op. cit., p.196.

²⁷ EM 26 de junho de 1964 - Acordo MEC-USAID para Aperfeiçoamento do Ensino Primário. Através dele seriam contrados por 2 anos, 6 assessores americanos. apud ROMANELLI, D. op.cit., p. 209-16.

que a atuação da AID no Brasil incluiu assistência financeira e assessoria técnica.

Na verdade, a ação contundente da UNE era contra os "Acordos MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil assinado em 1965, e o Convênio MEC-USAID de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, firmado em 1967.

Alguns estudiosos, entre eles Fávoro (1967) e Romanelli (1980) chamam atenção para o fato de que o primeiro acordo passou mais de um ano sem ser divulgado; sua divulgação ocorreu em 1966, um ano após a sua assinatura.

A finalidade do Acordo de 1965 seria o "lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema de ensino superior."²⁸

Este acordo de 1965 foi substituído em 1967 pelo Convênio MEC-USAID de Assessoria ao Planejamento Superior com a finalidade de "assessorar o trabalho da Diretoria nos seus esforços para atingir a expansão e aperfeiçoamento, a curto e a longo prazos, no sistema do ensino superior brasileiro, através do processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender as crescentes necessidades desse setor."²⁹

Os estudos previstos deveriam ser realizados por uma comissão formada por educadores brasileiros e americanos, constituindo a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES). Em 29/08/68, a EAPES apresentou oficialmente o relatório das suas atividades, sendo que em 1969 o MEC publicou-as.

²⁸ACORDO MEC-USAID, 1965. apud ROMANELLI, O. op. cit., p.209-16.

²⁹ACORDO MEC-USAID, 1967. apud ROMANELLI, O. op. cit., p.209.16.

O princípio da autonomia universitária e a faculdade normativa do Conselho Federal de Educação nos assuntos de sua competência "eram dois pontos" que, segundo o Relatório do EAPES³⁰, deveriam ser "rigorosamente respeitados no encaminhamento da re forma.

Merece destaque, na assessoria ao ensino superior, o trabalho de Rodolph Atcon, membro do AID, que orientou o programa.

Romanelli³¹ diz que na concepção de Atcon "não cabe à Universidade nenhuma ação inovadora revolucionária, mas tão somente modernizadora, acomodatória, vale dizer conservadora. Essa é a sua missão."

O documento "Rumos à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira, mais conhecido como Plano Atcon", fruto das concepções do autor sobre reforma universitária e de visitas realizadas às universidades brasileiras, é ao mesmo tempo, elucidativo a respeito de sua ideologia de reforma e também delineador das linhas que nortearão a reforma universitária no Brasil.

Sobre Atcon, Vieira³² diz "é possível concluir que o autor possuía uma visão exclusivamente técnica do problema, traduzindo uma visão compartimentista e modernizante da questão universitária. Seu pensamento, a propósito, teria repercussão nos meios oficiais, tornando-se popular entre os reformuladores."

O convênio terminou segundo Fávero³³, "sem que o governo

³⁰RELATÓRIO EAPES, p.183, apud VIEIRA, Sofia Lerche. O discurso da reforma universitária. Fortaleza, UFC/PROED, 1982. p.29.

³¹ROMANELLI, O. op. cit., p.211.

³²VIEIRA, S.L. op. cit., p.33.

³³FÁVERO, M.H. op. cit., p.60.

brasileiro tivesse feito uso da cláusula que permitia a sua prorrogação por mais um ano. Não se obteve, todavia, acesso a nenhum documento oficial que oferecesse maiores e melhores explicações a esse respeito."

Merece destaque ainda, no contexto de concepção da reforma universitária, o trabalho da Comissão Especial presidida pelo Coronel Meira Mattos composta em 29 de dezembro de 1967. A comissão foi constituída com a finalidade de³⁴:

- a) emitir parecer sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis;
- b) planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais, no setor estudantil;
- c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado.

O resultado dos estudos desta comissão, denominado Relatório Meira Mattos, foi entregue oficialmente ao Ministro Tarso Dutra em 13/05/68, sendo que a sua divulgação aconteceu somente em agosto, o que aliás gerou uma série de críticas à Comissão.

Vários pontos críticos foram analisados pela Comissão, como aponta o Relatório Meira Mattos³⁵. Estes pontos foram:

- a) Inadequabilidade estrutural do MEC
- b) Crise de autoridade do sistema educacional
- c) Insuficiente remuneração atribuída aos professores
- d) Liberdade de cátedra
- e) Política de ampliação de vagas

³⁴BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 62.024 de 29/12/1967. Lex; coletânea de legislação, São Paulo, 31:2437, out/dez. 1967.

³⁵RELATÓRIO Meira Mattos. Paz e Terra, Rio de Janeiro, n.9, 1969.

- f) Reforma Universitária
- g) Inexistência de uma liderança estudantil autêntica e democrática
- h) Ausência de fiscalização da aplicação de recursos públicos.

Em resumo, o relatório propõe uma reforma com objetivos práticos e pragmáticos, que sejam "instrumento de aceleração do desenvolvimento, instrumento do progresso social e da expansão de oportunidades, vinculando a educação aos imperativos do progresso técnico, econômico e social do país."³⁶

Como vimos, a busca de medidas que convergiam para uma reforma do ensino superior vinha sendo feita pelo governo em diferentes estudos, mais especificamente nestes aqui citados.

No entanto, apesar destes estudos e dos Decretos-Leis nºs 53/66 e 252/67 que estabeleceram normas para a reestruturação das Universidades Federais, somente em 2 de julho de 1968 foi que o governo criou pelo Decreto nº 62.937, o grupo de trabalho encarregado de promover a reforma universitária.

De acordo com o art. 1º do referido decreto, o grupo foi constituído "para estudar a reforma da universidade brasileira visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento". "A linguagem desenvolvimentista é bem evidente, e o grupo criado não fugiu às expectativas governamentais, uma vez que ele mesmo se propõe apresentar um repertório de soluções realistas e medidas operacionais que permitem racionalizar a organização das atividades universitárias conferindo-lhes mai

³⁶ CHAUÍ, Marilena de Souza. Ventos do progresso; a universidade administrada. Cadernos de Debate, São Paulo, (8):35, 1980.

or eficiência e produtividade."³⁷

A racionalização da organização administrativa acadêmica, a otimização dos recursos e democratização do ensino para atender a demanda educacional e conseqüentemente concentrar este aumento de vagas em profissões benéficas e prioritárias ao desenvolvimento do país, foram as linhas determinantes do projeto do grupo de trabalho.

Neste estudo enfatizaremos os aspectos da organização e administração da universidade em relação as suas atividades-fins, propostos pela reforma.

A reestruturação da estrutura organizacional da universidade, já havia sido delineada pelo Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que determinou que fossem feitas na Universidade, mudanças de organização, a fim de evitar desperdício de recursos. O decreto-lei, para evitar a duplicação de meios, determina que o ensino e a pesquisa básica se concentrem em unidades que formem um sistema comum para toda a universidade, sendo que o ensino profissional e a pesquisa aplicada deveriam ser realizadas em unidades próprias. O mesmo decreto-lei determina ainda a criação de um órgão central com atribuições deliberativas para supervisão do ensino e da pesquisa em toda a universidade. Tendo em vista, no entanto, que o Decreto-Lei nº 53 apenas estabelecia princípios e normas, foi sancionado o Decreto-Lei nº 252 de 28/12/67, conceituando as áreas básicas; impondo o sistema departamental e reduzindo a autonomia de cátedra.

Os princípios e normas do Decreto-Lei nº 53/66 e o que preconiza o Decreto 252/67 foram reafirmados pela Lei 5.540 de

³⁷ ROMANELLI, O. op. cit., p.222.

28 de novembro de 1968, que define, finalmente, o modelo da reforma universitária. O fio condutor de todas estas determinações foi a política de concentração de esforços visando a não duplicação de meios para fins idênticos.

Dentro da estrutura universitária a menor fração passa a ser o Departamento.³⁸

No que tange à administração, a universidade passa a ser administrada pelo Reitor e pelos seguintes órgãos principais³⁹:

- "Um órgão central de coordenação do ensino e da pesquisa.

- Um Conselho de Curadores, quando se trata de autarquia, composta de membros da universidade, representantes do Ministério de Educação e Cultura e membros da comunidade, ao qual compete a fiscalização econômico-financeira da universidade.

No âmbito das unidades há além do Diretor, um Conselho Departamental ou uma Congregação com funções deliberativas e um Colegiado de Coordenação Didática."

É sobre este órgão de Coordenação Didática que passaremos a tratar mais especificamente.

O parágrafo 2º do art. 13 da Lei 5.540/68 diz: "A coordenação didática de cada curso ficará a cargo de um colegiado, constituído de representantes das unidades que participem do respectivo ensino."

³⁸BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.540 de 28/11/1968. Lex; coletânea de legislação, São Paulo, 32:1433-40, out/nov. 1968.

³⁹ROMANELLI, O. op. cit., p.228.

2.2. A Proposta nas Universidades Brasileiras

Sobre estes órgãos, no contexto das universidades brasileiras, nos valem os dados da pesquisa de Graciani⁴⁰, feita em 29 universidades brasileiras, para afirmar que "(...) as coordenações didáticas de cada curso nem sequer constam dos diplomas legais de algumas universidades investigadas. É interessante notar ainda que foram dimensionadas e mesmo entendidas, como sendo uma unidade a nível do próprio departamento ou das unidades mais amplas, ou seja, as antigas Faculdades/Escolas/Institutos, pela natureza das atribuições que lhes foram conferidas. Se a criação de tais órgãos é parâmetro fundamental da implantação e consolidação de Reformas Universitárias, podemos afirmar que a reforma ainda não ocorreu nas universidades brasileiras após dez anos de vigência de Lei reformadora, uma vez que outros níveis incorporam suas reais atribuições e os próprios titulares têm dificuldade em aceitar as diretrizes didáticas emanadas de um colegiado, mesmo fazendo parte integrante do mesmo.

Mesmo onde se fizeram presentes nos dispositivos legais, as dimensões para tais órgãos são as mais diferentes: Congregação de Carreira, Comissão de Curso, Câmara Curricular, Conselho de Curso, Coordenação de Curso, além de Colegiado de Curso. Vejamos como ocorrem as coordenações de curso nas universidades federais, estaduais e particulares.

Fazem parte da coordenação didática dos cursos nas universidades investigadas, normalmente: um coordenador do colegiado, representantes dos departamentos e representante do corpo discente. O coordenador do colegiado é nomeado pelo Reitor ou designado a partir da lista tríplice, nas federais; nas uni-

⁴⁰ GRACIANI, M.S. op. cit., p.105.

versidades estaduais é escolhido pelo próprio colegiado e nas particulares é designado pelo Reitor a partir da lista tríplice apresentada pelo respectivo colegiado. Duas universidades federais não mencionam o colegiado de curso, nem sequer suas atividades, que estão diluídas em outros colegiados. Uma outra atribui as funções do colegiado a um coordenador de curso; e outra, além de o Reitor nomear o seu coordenador, escolhe também seus membros. Em relação às particulares, duas universidades delegam as funções de coordenação didática do colegiado de curso aos Conselhos Departamentais.

A função primordial do colegiado de coordenação de curso é coordenar didática e cientificamente os cursos de graduação. Compete-lhe basicamente: estabelecer as diretrizes para elaboração dos planos de cursos, integrar os planos elaborados, orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso, propor alteração nos currículos dos cursos, além de apreciar os pedidos de transferências e estudar os casos de equivalência de disciplinas. E ao coordenador cabe: presidir as reuniões e representar o colegiado.

Como se percebe, estes órgãos cumprem, ou deveriam cumprir, uma das funções primordiais na vida acadêmica da universidade, uma vez que coordenam didaticamente os cursos; ocorre, no entanto, que, como em todos os órgãos da universidade, como estamos demonstrando, também neste o coordenador é nomeado pelo Reitor, dando mais uma vez mostra do grau de centralização de poder ainda existente nas universidades pós-reforma. E os demais representantes, ou são também designados pelo Reitor numa minoria de universidades ou eleitos pelos membros do Departamento, ocorrendo o mesmo fato a nível do corpo docente que pos-

sui um elemento neste colegiado.

Percebe-se uma omissão por parte de universidades em implantar tal colegiado, inclusive não cumprindo a legislação reformadora, como também repassando as suas funções para outros órgãos, explicitamente, como é o caso do Conselho Departamental. Outro fato interessante é o caso de uma universidade federal que atribui a um coordenador de curso — coordenação monocrática — as atribuições do colegiado, contrariando também a legislação reformadora que propõe um colegiado de curso, ou sejam, vários elementos.

Em relação às atribuições, além daquelas que seriam próprias a uma coordenação didática, como: elaboração curricular, determinação de disciplinas, seus conteúdos, número de créditos, integração de planos, etc., acrescentam-se, também a fiscalização de docentes, de horários e decisão sobre matrículas por transferências, reopção ou suficiência. Outro ponto que vale ser levantado é que normalmente as coordenações de curso se referem à graduação e em apenas uma universidade mencionou-se o nível de pós-graduação ou cursos de especialização; os documentos que analisamos, que normatizam especialmente órgãos setoriais, nem sempre se referem a esses colegiados de curso.

Resta ainda lembrar que uma universidade delega estas atribuições a uma Comissão Permanente, a coordenação didática do curso, não dando ênfase como um órgão, mas apenas como uma comissão."

A autora finaliza afirmando: "Estes dados que dispomos são a nível dos diplomas legais; seria interessante encaminhar análises do nível de atuação efetiva dessas coordenações didáti

cas nas atuais universidades brasileiras para captar o nível de sua efetividade."

Sobre tal problema existe um estudo do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura que mediante convênio com a Universidade Federal da Bahia realizou entre julho de 1973 e fevereiro de 1974, uma primeira análise do processo de mudança do ensino superior, após a Reforma, com três objetivos primordiais⁴¹:

a) determinar o grau de implantação dos pressupostos básicos consignados na legislação da Reforma Universitária;

b) evidenciar as principais dificuldades encontradas para esta implantação;

c) buscar a avaliação dos resultados alcançados nesse processo de transformação das Universidades Brasileiras.

Após a análise de diferentes aspectos do funcionamento do órgão o documento afirma.⁴²

"Finalmente considerou-se que a análise de todos estes dados vem corroborar a hipótese de que a coordenação didática de cursos de graduação ainda não é uma realidade na imensa maioria das Universidades Federais Brasileiras."

Uma pesquisa sobre "Reprovação e Evasão Escolar, na Universidade Estadual de Maringá"⁴³, teve como objeto de seu quarto subprojeto o colegiado de curso.

⁴¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Reforma universitária; avaliação da implantação nas universidades federais. Salvador, 1975. v.1, p.13.

⁴² Ibid., p.122.

⁴³ NAGEL, L.H. et alii. Reprovação e evasão na Universidade Estadual de Maringá. S.L., 5ed., 1980. n.p. Mimeografado.

O estudo consistiu num levantamento de dados nos registros de realizações ou práticas efetivadas para a melhoria do ensino, feitas pelo Colegiado de Curso e documentadas em convocações, para as suas reuniões formais. Atas e Resoluções dos Colegiados também serviram de fontes, assim como a Secretaria dos Colegiados, para dirimir dúvidas originadas pela concisão das convocações para reuniões.

As conclusões sobre os resultados foram:

a) Os assuntos Administrativos Organizacionais são considerados prioritários na função dos Colegiados. A preocupação com a qualidade parece sintetizar-se na ordenação, no formalismo, nos meios burocráticos para a consecução dos fins. O processo de administrar/organizar deixa de ser meio para constituir-se em fim;

b) Os assuntos Gerais/Informais se somados aos assuntos administrativos/organizacionais consomem 85% das preocupações dos grupos de professores;

c) Preocupações com alternativas novas para o ensino não são objetos de trabalho de docentes.

Estes foram os estudos que conseguimos localizar a respeito do assunto, em outras instituições.

2.3. A Proposta na UFSC

2.3.1. Aspectos Legais

O primeiro Estatuto e Regimento da UFSC, baixo após a reforma, que prevê o Colegiado de Curso, foi aprovado pelo Parecer nº 32/76 do Conselho Fede

ral de Educação (CFE) e homologado pelo Ministro da Educação e Cultura em 02/02/76.

Na Seção II do Estatuto, o art. 49 prevê: "A coordenação didática de cada curso ficará a cargo de um Colegiado de Curso, com representantes das unidades que participarem do respectivo ensino cuja organização e funcionamento serão definidos no Regimento Geral."

O Regimento Geral, no Capítulo V, quando trata da Coordenação Didática dos cursos, reza no seu art. 32: "A coordenação didática de cada curso ficará a cargo de um Colegiado de Curso, com representantes das unidades que participem do respectivo ensino e representação estudantil.

§ 1º - Compete ao Colegiado de Curso:

a) estabelecer as diretrizes para a elaboração dos planos de ensino do Curso;

b) compatibilizar os planos de ensino, pesquisa e extensão, elaborados pelos Departamentos responsáveis pela ministração do Curso e supervisionar sua realização;

c) exercer a coordenação interdisciplinar, visando a conciliar os interesses de ordem didática dos Departamentos responsáveis pelo Curso;

d) opinar sobre a organização curricular;

e) promover a articulação dos estudos do Segundo Ciclo com os de Primeiro Ciclo;

f) opinar conclusivamente sobre assunto do interesse do Curso, quando solicitado pela Reitoria ou órgão central de supervisão didática;

g) sugerir às Unidades interessadas que proponham aos órgãos centrais medidas destinadas à melhoria dos padrões do res-

pectivo Curso;

h) desempenhar as demais tarefas inerentes às suas atribuições, não especificadas neste regimento, respeitadas as diretrizes do Conselho de Ensino e Pesquisa.

§ 2º - O Conselho de Ensino e Pesquisa designará os membros dos Colegiados de Curso e dentre eles o respectivo presidente a quem caberá regime especial de tempo.

§ 3º - Os presidentes dos Colegiados de Cursos não poderão participar de órgãos colegiados da Administração Superior da Universidade.

§ 4º - Além das atribuições previstas neste regimento, o Conselho de Ensino e Pesquisa poderá fixar outras à medida que se fizerem necessárias.

Art. 33 - A coordenação didática de cursos afins poderá ser exercida por apenas um Coordenador."

Em maio de 1976, pela Portaria nº 168/76, foi constituído o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar uma proposta de Regimento dos Colegiados de Curso.

Na íntegra, este é o teor da mesma⁴⁴:

Portaria nº 168/76

O Sub-Reitor de Ensino e Pesquisa, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DESIGNAR os professores Aurora Goulart, Osni Barbato, Luiz Cláudio Lopes A. de Oliveira e Dinarte Américo Borba para,

⁴⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Portaria nº 168/76. Boletim de Pessoal, Florianópolis, 10(115):58, jul.1976.

sob a presidência do primeiro, constituírem Grupo de Trabalho encarregado de elaborar um Projeto de Regimento dos Colegiados de Curso desta Universidade.

Florianópolis, 6 de julho de 1976.

Rodi Hickel

Sub-Reitor

Em 19 de outubro de 1976, o Grupo de Trabalho encaminhava o referido projeto ao Prô-Reitor, pelo ofício nº CGG/182/76.

No Conselho de Ensino e Pesquisa, o projeto foi alvo de discussões entre seus membros e destes com a comunidade acadêmica, em especial com os Coordenadores de Curso durante os anos de 1977 e 1978. Em 11 de janeiro de 1979 o Conselho de Ensino e Pesquisa aprovou a proposta de Regimento.

No entanto, somente em 4 de maio de 1979, pela Portaria nº 150/79 do Magnífico Reitor, foi aprovado o Regulamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação (Anexo nº 1).

2.3.2. A Filosofia da Proposta

Em entrevistas com o então Sub-Reitor de Ensino de Graduação, Prof. Rodi Hickel e Profª Aurora Goulart, Coordenadora do GT encarregado de elaborar o projeto do Regimento dos Colegiados de Curso da UFSC colhemos dados significativos.

Respondendo à pergunta: o porquê da criação dos colegiados de curso na UFSC em 1976, quando já haviam estudos a nível de algumas universidades, além dos resultados da avaliação da Reforma promovido pelo MEC, sobre os resultados da ação do órgão, o Sr. Sub-Reitor disse: "- Um dos motivos foi a necessida

de de ter um colegiado que cuidasse do currículo do curso, o que no meu entender viria melhorar a qualidade do ensino."

A coordenadora de curso do GT que propôs o Regulamento, sobre o porquê do colegiado disse: "O colegiado de curso veio com a mesma função do coordenador, apenas tem um aspecto mais democrático para o gosto das pessoas que ficam preocupadas com o fato de o poder estar nas mãos de uma só pessoa..."

A análise das entrevistas deixa claro a preocupação de adaptação da estrutura da universidade com as exigências da Lei 5.540/68. "Os colegiados, (diz um dos entrevistados), substituiriam a figura do integrador. Até então o trabalho de integração das disciplinas dependia dos conhecimentos, da sabedoria de uma única pessoa, e, quando assumi, achei uma responsabilidade muito grande para uma única pessoa."

A interpretação do art. 13 da Lei 5.540/68 gerou muitas dúvidas, causando sérias dificuldades às pessoas que tentavam operacionalizar tal artigo da Lei.

Estas dificuldades, que geraram entre os próprios dirigentes pontos de vista divergentes, referiam-se especialmente à constituição do colegiado. Vejamos, por exemplo, dois depoimentos diferentes.

Um dos entrevistados declarou: "Achávamos que todos os que participavam do curso deveriam ter representantes nos colegiados. Esta foi a primeira idéia. Depois as coisas foram evoluindo para a idéia que prevaleceu, que é a idéia de que o Departamento que ministra 10% dos créditos do curso todo, ele tem direito a um representante; assim se ele ministra 20% tem direito a dois representantes e assim por diante."

Outro depoimento, falando sobre a constituição do colegiado foi "... isto significa a meu ver que o colegiado já tem defeito, porque um departamento pode oferecer uma ou duas disciplinas sô, e elas serem vitais, essenciais para a caracterização do curso."

Além do número de membros na constituição do colegiado, houve uma grande preocupação com a formação destes membros. "Se nós tivéssemos um colegiado constituído de docentes dos departamentos que ministravam as disciplinas do curso, fatalmente nós iríamos melhorar o currículo e com isto melhorar a qualidade do ensino. Deste colegiado deveriam participar profissionais da área."

Segundo outro entrevistado "... teoricamente os colegiados deveriam ser excelentes, porque o coordenador sozinho não poderia, não deveria cometer muitos erros porque ele estaria assessorado por várias pessoas e cada uma dentro daquele campo específico seu, estaria com melhores condições de aconselhar, de dizer as deficiências, de dar boas sugestões, de acompanhar."

Na análise destes depoimentos e de outros coletados, porém não citados, deduzimos que com a criação dos colegiados de curso a universidade teve duas intenções: uma foi a de ver-se livre da posição "incômoda" de não o haver implantado até então. A outra, foi sem dúvida criar um órgão, dando-lhe como atribuição precípua "melhorar o ensino, especificamente do currículo; um órgão que tornasse o currículo orgânico, harmonioso; que fizesse a integração vertical e horizontal das disciplinas, que evitassem a duplicação dos conteúdos, o que ocorria muito e, ainda hoje, ocorre."⁴⁵

⁴⁵ Dados de entrevista.

2.3.3. A Realidade da Proposta na UFSC, Hoje.

A partir da fundamentação teórica já explicitada, com base na leitura de documentos e com base ainda, na análise dos dados coletados⁴⁶, passamos então a tratar da realidade dos colegiados na UFSC.

A realidade destes dados tem um contexto, ou seja: constitui objeto deste estudo a segunda experiência da UFSC com colegiados, isto é, aqueles que atuaram no período agosto/81 a agosto/83.⁴⁷

A PREG e os questionários de opinião nos dão a seguinte imagem dos 33 colegiados da UFSC, no período agosto/81 a agosto/83.

⁴⁶ Os dados que fundamentam o presente item do trabalho foram obtidos nas entrevistas com 20% dos Coordenadores de Curso; nas atas de 20% dos colegiados; nos relatórios de 20% das Coordenadorias; em questionários de opinião aplicado em 20% dos membros dos colegiados; e, em entrevistas com pessoas que ocupam hoje posições-chaves, dentro da administração da universidade.

⁴⁷ A primeira experiência ocorreu no período agosto/79 a agosto/81. Tanto a primeira como a segunda experiência podem apresentar uma variabilidade de 1 a 2 meses em relação às datas de início e término de atuação, em alguns cursos.

TABELA Nº 1

Colegiados de Curso - Dados Gerais*

Período Agosto/81 - Agosto/83.

Nº de Ordem	Colegiado	Portaria de Designação	Nº de Mem-bros**
01***	Engenharia de Produção	140/83/PREG	11
02	Filosofia	101/81/PREG	11
03	Geografia	160/81/PREG	9
04	Administração	102/81/PREG	10
05	Letras	103/81/PREG	10
06	Matemática	104/81/PREG	10
07	Computação	105/81/PREG	9
08	Enfermagem	106/81/PREG	10
09	Engenharia Sanitária	107/81/PREG	10
10	Ciências Sociais	108/81/PREG	10
11	Medicina	109/81/PREG	11
12	História	110/81/PREG	8
13	Ciências Contábeis	111/81/PREG	10
14	Ciências Econômicas	112/81/PREG	9
15	Engenharia Elétrica	113/81/PREG	10
16	Química	114/81/PREG	9
17	Engenharia Mecânica	115/81/PREG	11
18	Serviço Social	116/81/PREG	10
19	Biblioteconomia	117/81/PREG	11
20	Agronomia	118/81/PREG	10
21	Ciências Biológicas	119/81/PREG	10
22	Psicologia	120/81/PREG	10
23	Engenharia Civil	121/81/PREG	10
24	Física	122/81/PREG	12
25	Odontologia	125/81/PREG	12
26	Pedagogia	137/81/PREG	12
27	Educação Física	133/81/PREG	9
28	Arquitetura e Urbanismo	131/81/PREG	11
29	Farmácia	135/81/PREG	9
30	Direito	132/81/PREG	7
31***	Engenharia Alimentos	022/83/PREG	9
32***	Nutrição	023/83/PREG	9
33***	Engenharia Química	024/83/PREG	10
Total			329

*Fonte: Portarias do Pró-Reitor de Ensino de Graduação.

**Incluído o Coordenador e o Sub-Coordenador.

***O colegiado destes cursos iniciaram suas atividades em 1983.

A maioria dos professores que responderam ao questionário está na faixa dos 26 aos 30 anos; possui como titulação

mínima o curso de Mestrado; não foi votado para membro de colegiado, mas sim convidado ou indicado. Mais de 80% dos respondentes têm como formação básica, a mesma do curso onde atuou como integrante do colegiado.

Ouvidas as pessoas responsáveis pela criação e implantação dos colegiados colhemos depoimentos como: "Quanto ao funcionamento, eu confesso que achei que não consegui fazer com que os colegiados se ocupassem realmente do currículo dos cursos; que observassem e tornassem efetiva sua atuação no que diz respeito às atribuições que o regimento dos colegiados de curso, coloca."

O mesmo sentimento pudemos identificar em entrevista com a Coordenadora do GT de criação "... eu acho que o colegiado não foi levado bem a sério como deveria ser. Em vez de o colegiado ajudar, o colegiado está sendo um entrave."

Um dos Pró-Reitores, em entrevista, sobre o assunto assim se manifesta "ao menos no colegiado que eu integrei a participação dos membros era muito pequena; talvez porque a gente não estivesse muito motivado a pensar realmente no curso em si. As preocupações que eu acredito maiores desses conselheiros talvez sejam outras, mais voltadas para o Departamento; e, acredito que isso deve acontecer na maioria dos colegiados..."

Após a coleta de dados a nível de órgãos da administração central, fomos a nove Coordenadores para entrevistas individuais.

Dos comentários dos coordenadores, algumas questões merecem consideração. São elas:

- a constituição e organização do colegiado

- a periodicidade das reuniões
- as atividades desenvolvidas pelos colegiados
- as atividades que poderiam ser realizadas pelos colegiados.

A constituição dos colegiados para a grande maioria dos coordenadores (77%), merece ser revista. Trinta e três por cento dos coordenadores da amostra, acham que no colegiado deveriam estar representados mais departamentos e também maior número de discentes; 77% faria uma modificação na composição, no funcionamento e nas atribuições.

Falando sobre as atribuições, por exemplo, os coordenadores reclamam para os colegiados a responsabilidade pelas ementas, créditos e propostas de metodologias específicas. Por outro lado, alguns coordenadores questionam o processo de matrícula na Coordenadoria, sugerindo a sua transferência para o Departamento de Administração Escolar (DAE).

Um fato bastante interessante acontece em relação à periodicidade das reuniões. Para 40% dos colegiados as reuniões são mensais: para 10%, as reuniões são bimestrais e, para outros 10% são normalmente quinzenais, sendo que para os 40% restantes as reuniões se realizam quando necessárias. Este último dado despertou nossa atenção e, constatamos na análise das atas das reuniões, que isto acontece em alguns casos semestralmente e, que há até o caso de colegiado que se reuniu uma vez, no período de um ano.

Os coordenadores declararam que comparecem uma média de 70% dos membros a cada reunião. Os motivos alegados para o não comparecimento total, são: viagens de estudo e/ou a serviço; aulas no mesmo horário, outras reuniões, esquecimento, etc.

A tabela abaixo apresenta a síntese das respostas dos coordenadores entrevistados, sobre as atividades mais significativas desenvolvidas pelo atual colegiado.

TABELA Nº 2

Atividades mais Significativas Desenvolvidas pelo Atual Colegia
do. Período: 1981 - 1983

Atividades Relacionadas	Frequência em 9 Colegiados Pesquisados.
- Reformulação curricular	6
- Reformulação do Currículo: Parte Profissionalizante	1
- Discussão do projeto: Interação: Aluno x Professor, via orientação direta	1
- Implementação da nova metodologia adotada no curso	1
- Elaboração de documento ao Reitor (expondo dificuldades)	1

~~Fonte:~~ Entrevista semidiretiva com os Coordenadores.

A análise do conteúdo das respostas, mais ainda do que ~~e~~ resultados brutos, permite-nos afirmar que a atividade de ~~re~~formulação curricular citada por seis dos nove coordenadores, na verdade foi uma resposta coletiva à solicitação da Rei
~~nia~~, feita através do ofício 009/81/GR.

Desta constatação fica uma pergunta: estas reformula-
~~ções~~ curriculares atenderam uma necessidade dos cursos ou visa
~~no~~ atendimento de determinações emanadas do poder central?

É importante enfatizar que esta solicitação da Reitoria tinha, entre outros objetivos, o de adequar mais ainda os currículos vigentes às diretrizes emanadas pelo CFE, principalmente no que concerne à carga horária. Assim sendo, o estudo da Reitoria, gerador da determinação de revisão dos currículos, enfatizava que grande número dos cursos da UFSC estava com a carga horária mínima muito superior ao estabelecido nos pareceres do CFE, específicos para cada curso.

A análise das atas demonstra ainda que as discussões a respeito destas reformulações curriculares na sua maioria de resumiram na elaboração das grades curriculares. Somente um colegiado definiu um perfil do profissional da área, capaz de responder às exigências do contexto social, para então montar a grade curricular.

Os depoimentos da maioria dos coordenadores (seis) nos autorizam a afirmar também que o trabalho na verdade não foi do colegiado, mas sim do coordenador. Esta afirmativa dos coordenadores fica confirmada também na análise de documentos das coordenadorias quando constatamos um grande número de reuniões marcadas para tratar do assunto, suspensas por falta de quorum. No entanto, os trabalhos prosseguiram principalmente em função de um cronograma a ser vencido.

Registramos o depoimento daquele Coordenador que convida professores, independente de pertencerem ao colegiado ou não, para estudarem problemas do curso. As sugestões destes grupos de professores são implantadas independentemente da aprovação do colegiado, isto porque segundo palavras do coordenador "aquelas são as pessoas certas para solucionarem aquele problema..."

Da análise dos dados desta tabela concluímos ainda, que

os colegiados não têm se preocupado significativamente com atividades inovadoras, sendo que entendemos inovação como sendo o processo constante de busca de implementação de alternativas novas que afetam o funcionamento da universidade; esta busca tanto poderá dar-se dentro quanto fora da universidade.

Esta constatação será motivo de estudo na leitura das atas e dos dados do questionário de opinião.

Na mesma entrevista com os coordenadores obtivemos dados significativos sobre atividades que estavam em desenvolvimento. A tabela abaixo demonstra estes dados.

TABELA Nº 3

Atividades Significativas em Desenvolvimento pelo Atual Colegiado.

Atividades Relacionadas	Frequência em 9 Colegiados pesquisados
- Alteração curricular	7
- Análise dos Planos de curso	2
- Projeto: Integração aluno-professor	1
- Avaliação do estágio profissional	1
- Ampliação do elenco de disciplinas optativas	1
- Acompanhamento de reestruturação do curso, a nível federal	1
- Preparação de Seminários com docentes e discentes do Curso (Semana de estudos)	2
- Implementação do atual currículo	1
- Implementação da nova metodologia adotada no curso	1

Fonte: Entrevista semidiretiva com os Coordenadores.

O fato da atividade "alteração curricular" estar sendo arrolada por sete dos nove coordenadores entrevistados, levantou uma série de dúvidas que procuramos esclarecer com os próprios coordenadores, além da leitura de documentos das coordenadorias e pesquisa junto a órgãos como Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Coordenadoria Geral dos Cursos de Graduação.

Pudemos constatar que estas alterações já eram outras novas alterações e que há cursos que estão com até quatro currículos em execução.

Considerando as constatações e considerações já feitas com relação à tabela nº 2, indagamos: será que estas alterações tão freqüentes nos currículos não são conseqüências justamente da superficialidade e irreabilidade com que as mesmas vêm sendo feitas? Esta questão, na nossa opinião, mereceria um estudo, considerando as condições em que estas alterações têm ocorrido e as conseqüências para a qualidade do ensino.

As atividades citadas como: projeto integração aluno-professor e implementação da nova metodologia adotada no curso, com base nos depoimentos e análise de atas, além da citação na entrevista, foram consideradas na pesquisa como ações inovadoras.

A primeira atividade, (integração aluno professor) está em estudo no Colegiado de Física e o projeto de Novas Metodologias está sendo desenvolvido pelo Colegiado de Enfermagem.

Aliás, quanto a este último, vale registrar as grandes dificuldades que vem encontrando para romper as barreiras que lhe impõem a pesada máquina do modelo burocrático que move a universidade, questão esta que aprofundaremos mais tarde, nes-

te mesmo trabalho.

Dois colegiados registraram ainda a preparação de Seminários com docentes e discentes do curso.

Uma outra questão da entrevista buscava identificar, na opinião dos coordenadores, atividades que poderiam e não estavam sendo desenvolvidas pelos colegiados. As respostas estão na tabela que segue.

TABELA Nº 4

Atividades que Poderiam Ser Desenvolvidas pelo Colegiado.

Atividades Citadas	Frequência em 9 colegiados pesquisados
- Discussão sobre objetivos fundamentais do curso	2
- Atendimento individual aos alunos	1
- Acompanhamento na implementação dos currículos	1
- Promoção de seminários, painéis, etc.	1
- Orientação de alunos na matrícula	1
- Análise de transferências: validação de disciplinas e diplomas	1
- Análise de recursos dos alunos	1
- Controle do curso (objetivos, metas)	1
- Orientação e supervisão de estágios	1

Fonte: Entrevista semidiretiva com os Coordenadores.

Os motivos alegados para a não realização destas atividades, começando pelas mais citadas foram:

. carência de poder decisório

- . falta de interesse dos professores
- . não é atribuição do colegiado
- . nenhum colegiado a está realizando.

A carência do poder decisório foi novamente levantada pelos coordenadores quando foram indagados sobre as principais decisões tomadas pelo atual colegiado e imediatamente executadas. Dos nove coordenadores seis responderam que nenhuma atividade pode ser imediatamente executada. Os outros três coordenadores nomearam como atividades que puderam executar imediatamente:

- a) montagem da VIII unidade curricular e como implementá-la; validação de créditos transferidos e alterações de programas;
- b) questões de requisitos e pré-requisitos;
- c) questões administrativas.

Cabe ressaltar aqui que as atividades arroladas no item "a" são oriundas do curso de Enfermagem.

Analisando as respostas obtidas até aqui, em relação à proposta de trabalho para os colegiados, a filosofia que "nor-teou" a sua criação, às expectativas com os resultados da sua ação, constatamos um verdadeiro "vazio" de decisões substanciais, o que nos leva a indagar se este "vazio" de decisões em relação aos "fins" é ou não consequência da contínua falta de autonomia deste órgão.

A constatação deste "vazio" de poder decisório se confirma nas respostas dadas pelos coordenadores, quando solicitamos que nomeassem as principais decisões tomadas pelos colegiados e que não foram executadas.

TABELA Nº 5

Decisões Tomadas pelos Colegiados e Não Executadas

Respostas	Frequência em 9 colegiados pesquisados
- Em branco	3
- Alterações curriculares	6
- Análise dos planos de curso	5
- Validação de atividades extracurriculares	1

Fonte: Entrevista semidirretiva com Coordenadores.

A questão que levantamos com base nestas respostas é a seguinte: se a alteração curricular foi a atividade citada como a mais significativa desenvolvida pelo colegiado, e se esta atividade não pode ser executada imediatamente o que na realidade, executam os colegiados?

A reflexão cabe também a outra questão levantada por cinco coordenadores ou seja: a análise dos planos de curso.

No decorrer da pesquisa, perguntamos porque as decisões não eram executadas imediatamente e as respostas obtidas foram as que seguem:

TABELA Nº 6

Motivos da Não Execução Imediata das Decisões dos Colegiados.

Motivos Arrolados	Frequência em 9 colegiados pesquisados
- Devem ser ratificadas nos Departamentos	6
- Devem ser ratificadas na CGCG/CEPE	6
- Devem ser ratificadas no DAE	3
- Dependem de convênios	1

Fonte: Entrevista semidiretiva com os Coordenadores.

Estas questões, no decorrer da entrevista, foram comprovadas por coordenadores que nos mostraram o protocolo de envio das decisões tomadas no colegiado para apreciação de outros órgãos; em alguns casos há mais de um semestre sem terem recebido ainda a resposta definitiva ou recebendo parecer de indeferimento em outros casos.

Estas situações comprovadas pelos coordenadores lhes autorizam, segundo eles, a afirmar que o colegiado na verdade não toma decisões e sim faz proposições. Assim sendo, a grande maioria (77%), pede maior poder de decisão para os colegiados. Outra solicitação feita é a representatividade do Colegiado no Conselho Departamental, no CEPE, enfim em órgãos que julgam ter poder de decisão. Tal sugestão é justificada como sendo a "única maneira de defendermos os interesses do curso."

Aliás, afirmativas como estas nos levam a levantar outra indagação: os membros dos colegiados representam de fato e de direito os interesses e preocupações dos departamentos pelos

quais falam e pelos quais tomam decisões?⁴⁸

Ainda sobre a entrevista com os Coordenadores, uma última questão foi levantada, ou seja: a duplicação de funções com outros órgãos. Sessenta e seis por cento dos coordenadores dizem que há duplicação de funções com os Departamentos e com o DAE.

As afirmativas feitas até aqui foram inferidas das entrevistas com os coordenadores. Podemos afirmar que os coordenadores na sua maioria têm consciência da situação do órgão que coordenam dentro da estrutura da universidade. Muitos propõem uma revisão nos objetivos, na estrutura e funcionamento do colegiado porém, uma revisão integrada no contexto, como demonstra o seguinte depoimento: "... é preciso rever a ação do colegiado, porém é temerário proceder modificações em um subsistema quando o que está errado é o próprio sistema aonde ele se insere."

Estes foram os dados mais significativos, colhidos no decorrer das entrevistas com os coordenadores, entrevistas estas que, se nos deram "n" respostas, nos deixaram por outro lado "n" dúvidas.

Eis algumas delas:

- Os colegiados parecem ser órgãos exclusivamente executores de diretrizes emanadas de outras instâncias. Ali pouco se cria, pouco se transforma...

- Será que os docentes que compõem os colegiados buscam, ali e em outras instâncias, soluções para os problemas aponta-

⁴⁸ NAGEL, L.H. et alii. Reprodução e evasão na Universidade Estadual de Maringá. S.L., 5.ed., 1980. Mimeografado.

dos pelos discentes do curso? Se buscam estas soluções, de que tipo são as mesmas: inovadoras ou continuístas? Aliás, dentro desta, uma outra dúvida surgiu: os docentes têm consciência dos problemas do curso que representam?

- Há delegação de competência de fato, para os professores tomarem decisões em nome dos Departamentos que representam?

- Os órgãos superiores mais especificamente o CEPE, têm estabelecido um fluxo para ouvir as conseqüências das suas decisões, além de ouvir os colegiados antes, para tomarem as referidas decisões? Como se dá o relacionamento com o CEPE?

Estas e outras dúvidas motivaram aprofundamento do estudo, buscando respostas na leitura das atas.

A principal resposta buscada foi para a questão: devendo a melhoria constante da qualidade do ensino ser a função maior dos colegiados, que ações estes têm desenvolvido na busca da efetivação da referida função?

Foram analisadas as atas de 90 (noventa) reuniões, sendo que destas, 11 (onze) não tiveram "quorum".

A tabela nº 7 mostra a distribuição destas reuniões entre os 9 (nove) colegiados que constituíram a amostra, bem como dá uma idéia da dinâmica do funcionamento dos colegiados. A situação mostra-se extremamente irregular, chamando atenção particularmente os casos de reuniões anuais.

Perseguindo, em tese, os mesmos objetivos, ou seja, a coordenação didática dos cursos, a periodicidade das reuniões variou por colegiado, no período de agosto a dezembro/81, entre 1 (uma) e 9 (nove) reuniões, sendo que no ano de 1982, no período janeiro a dezembro, variou em 1 (uma) e 18 (dezoito) reuni

ões. No período de janeiro a abril de 1983, enquanto um colegiado já havia realizado 3 (três) reuniões, cinco outros não haviam realizado nenhuma.

Diante deste resultado nos perguntamos: os mesmos objetivos exigem mais de alguns colegiados do que de outros? Por que uns sentem necessidade de tão poucos encontros, enquanto outros sentem a necessidade de encontros mais freqüentes?

TABELA Nº 7

Número de Reuniões Convocadas para os Colegiados da Amostra.

Período: Agosto/81 a Abril/83.

Cursos	Ago./Dez. 81	82	Jan./Abr. 83	Total Geral
Agronomia	3	6	3	12
Direito	1	1	-	2
Enfermagem	5	9	1	15
Economia	3	1	-	4
Medicina	4	5	-	9
Engenharia Mecânica	1	1	-	2
Ciências So- ciais	2	3*	-	5
Computação	9**	18***	2	29
Física	5	6	1	12
Total Geral	33	50	7	90

*Uma reunião sem "quorum"

**Três reuniões não tiveram "quorum"

***Sete reuniões não tiveram "quorum"

Fonte: Livro de atas dos nove cursos da amostra.

A prática dos colegiados de cursos será analisada a partir das suas atribuições previstas no art. 3º do Regulamento

dos Colegiados dos Cursos de Graduação, parte integrante da Portaria 150/79 (Anexo nº 1).

O confronto com as atribuições previstas no referido artigo foi feito após arrolarmos todos os assuntos tratados pelos colegiados, nas 90 (noventa) atas analisadas. Este trabalho inicial não teve a intenção de categorizar as atividades, mas simplesmente arrolá-las para a análise posterior.

A tabela nº 8 mostra os resultados obtidos com relação às questões ligadas aos currículos dos cursos.

TABELA Nº 8

Questões Curriculares Tratadas pelos Colegiados de Curso

Período: Agosto/81 a Abril/83

Nº de Ordem	Questões Curriculares	Frequência em 9 co- legiados pesquisa- dos		
		81	82	83
1	- Currículo*			
	a) <u>Planejamento e Execução</u>			
	. estudo das "Diretrizes para Alteração Curricular"	6		
	. definição das características das disciplinas do curso	1		
	. definição da política de estágio	1		
	. definição do perfil do profissional e gresso do curso	1		
	. alteração do número de créditos de disciplinas	6		
	. estudo de programas similares		1	
	. de dobramento de disciplinas	1	1	
	. discussão sobre a necessidade de novas disciplinas	1	1	
	. estudo para o desenvolvimento de novas áreas de estudo no Centro	1		
	. estabelecimento de pré-requisitos	1	1	
	. alteração de conteúdo de disciplinas	1	2	
	. alteração de código de disciplinas		2	
	b) <u>Avaliação</u>			
	. de disciplinas isoladas	1	1	
	. de programas e ementas	1	1	
	. da necessidade dos requisitos paralelos			1
	. do desempenho docente			1
	. da metodologia do curso	1	1	
	. dos resultados da unidade curricular			1
	. da validade da experiência do curso			1
	. do envolvimento e contribuição de determinados órgãos na experiência do curso (Reitoria, Pró-Reitorias, Chefias, Coordenadores de Unidades, Direção do Centro)			1

* Encontramos oito vezes a expressão "alteração curricular" sem qualquer especificação, fato que pode alterar o número de vezes em que o assunto foi discutido.

Fonte: Livro de atas dos 9 (nove) cursos da amostra.

As questões curriculares mereceram um exame mais demorado da nossa parte, neste momento de leitura das atas, por en-

tendermos ser esta uma atividade básica na coordenação didática do curso. Para tanto, fizemos questão de listar todas as atividades mencionadas nas atas com relação ao assunto. Após listadas, foram subdivididas em: atividades relacionadas ao planejamento e execução do currículo e atividades de avaliação do currículo.

Depreende-se, como primeira observação, que a frequência destas atividades é quase absurda, se considerarmos a sua importância no contexto das funções do colegiado de curso. Em alguns casos porém, a ata menciona simplesmente alteração curricular, aonde implicitamente devem estar sendo tratados os itens discriminados na tabela nº 8, além de outros ausentes da referida tabela. Voltamos a alguns colegiados para solicitar cópia de material que caracterizasse, pelo menos em linhas gerais, os itens que haviam norteado a elaboração da alteração curricular. Os documentos obtidos confirmaram os resultados da leitura das atas, ou seja: a alteração curricular se reduz na maioria das vezes na montagem da grade curricular sem a preocupação com a definição de uma filosofia para aquela proposta, ou definição do perfil do profissional egresso do curso, ou avaliação dos currículos em vigor. Em alguns casos estas alterações nos deram a impressão de estarem alheias ao contexto sócio-econômico, aonde atuarão os futuros profissionais, porém "engajados" nas necessidades e possibilidades dos departamentos envolvidos no curso.

Na leitura das atas, constatou-se que a questão da avaliação do currículo em vigor foi basicamente preocupação de somente dois colegiados.

Estes dados que dispomos, sobre alterações curriculares, são a nível de leitura de atas basicamente. Seria interessante

encaminhar estudos específicos sobre o assunto para identificar o nível da sua efetividade.

A tabela nº 9 mostra as atividades desenvolvidas pelos colegiados, com relação à organização da sua ação e fluxo de relacionamento com outros órgãos.

TABELA Nº 9

Atividades de Organização e Ação dos Colegiados de Curso.

Período: Agosto/81 a Abril/83

Nº de Ordem	Questões Tratadas	Frequência em 9 colegiados pesquisados		
		81	82	83
1	- Documentos elaborados e encaminhados:			
	. ao DAE	1	-	-
	. à Pró-Reitoria de Ensino de <u>Gra</u> <u>du</u> <u>a</u> <u>ç</u> <u>ã</u> <u>o</u>	1	3	-
2	- Documentos estudados, oriundos:			
	. do Coordenador	1	-	-
	. de outros setores da UFSC	6	2	1
	. de outras instituições	1	1	-
3	- Estabelecimento de Metas	2	1	-
4	- Estudo de legislação	2	3	-
5	- Formação de Comissões de estudo	2	5	-
6	- Análise de resultados de Comissões de estudo	-	1	-
7	- Comunicados: resultados de seminários, etc.	3	2	-
8	- Estudo do sistema de avaliação discente	1	-	-
9	- Avaliação do trabalho docente	1	-	-
10	- Estudo de projetos:			
	. Prof. Orientador	1	1	-
	. Colegiados para Bacharelados	1	1	-
11	- Organização de Seminários:			
	. com professores da 1ª fase	-	1	-
	. com professores, alunos e comunidade	-	2	-
12	- Manutenção de contatos com:			
	. Reitor e Pró-Reitores	2	4	-
	. MEC	2	-	-
	. Departamentos	2	2	-
	. Coordenadoria Geral de Estágios	1	-	-
13	- Apresentação de programas de disciplinas	2	1	-
14	- Programação de Unidade Escolar	-	1	-
15	- Validação de conteúdos (Decreto 77.455)	1	1	-
16	- Substituição do curso emergencial para curso profissionalizante	1	-	-

Fonte: Livro de atas dos colegiados dos 9 (nove) cursos da amostra.

Os documentos elaborados pelos colegiados, (item 1 da tabela nº 9), foram: Proposta do Grupo de Trabalho sobre o Ensino Integrado; Considerações sobre o Ensino Integrado do Curso de Graduação em Enfermagem; Pontos Críticos Pendentes no Curso de Ciências Econômicas da UFSC; Equivalência: Currículo Antigo X Currículo Novo; Abaixo-assinado das licenciaturas levando exposição de motivos ao Reitor sobre a reestruturação dos cursos de licenciatura a nível de MEC; Exposição de motivos ao DAE.

Dentre os documentos estudados pelos colegiados destacamos: Regimento dos Cursos de Graduação da UFSC; Avaliação do Rendimento Escolar; Represamento dos Alunos na UFSC: causas e possíveis soluções; Atuação e dificuldades de articulação entre Colegiado de Curso e Departamentos; Requisitos Paralelos; Diretrizes para Revisão e Reorganização Curricular.

Estes últimos foram documentos enviados pela Reitoria para discussão nos colegiados. Os estudos foram feitos pela maioria dos colegiados. É interessante observar que estes estudos se concentram no período de recebimento de solicitação da Reitoria, havendo posteriormente quase total inexistência desta atividade de estudar.

O projeto "Prof. Orientador de Curso", apesar de aparecer expressamente em apenas dois colegiados, constitui preocupação da maioria dos coordenadores. A orientação dos alunos num curso com uma média de 400 a 500 alunos é totalmente impossível para o coordenador; os membros do colegiado, por sua vez, alegam não dispor de tempo para assumirem tal responsabilidade. Esta orientação dos alunos pelos membros do colegiado de curso ocorre por ocasião da matrícula em alguns cursos e em aspectos meramente burocráticos como: preenchimento do cartão, obediên-

cia a pré-requisitos ou requisitos paralelos, prazos, etc. Na verdade os professores não orientam a organização da vida escolar do aluno com a finalidade de um melhor aproveitamento do curso. Isto porque, na maioria das vezes, o aluno é um ilustre desconhecido para o professor que está "ajudando" na matrícula.

Considerando, no entanto, que as constatações acima são frutos dos contatos com os coordenadores e leituras das atas, sem preocupação com o aprofundamento da questão, registramos a nossa sugestão de encaminhamento de estudos específicos sobre o assunto.

Chamamos atenção ainda para três aspectos: 1º) o pequeno número de colegiados que tratam os assuntos relacionados na tabela nº 9); 2º) o fato de que a maioria dos assuntos não têm continuidade de tratamento, de um semestre para o outro e 3º) a quase total inexistência de decisões importantes tomadas pelo colegiado, sendo que as atividades ficam no nível de propostas, estudos, análises, contatos, etc.

Com relação à ação discente nos colegiados, tentamos identificar os fatos ocorridos no período. A tabela nº 10 mostra tais fatos.

TABELA Nº 10

Ação Discente nos Colegiados de Curso

Período: Agosto/81 a Abril/83

Processos Oriundos das Representações Discentes	Frequência em 9 co- legiados pesquisados		
	81	82	83
Pedidos de:			
. substituição de representação	1	2	-
. aprovação de semana acadêmica	-	1	-
. retirada de pré-requisitos	-	2	-
. transferência de fase por disciplinas	-	1	-
. eliminação de disciplinas	-	1	-
. avaliação de procedimento didático de professores	3	1	-
. permanência no currículo antigo	1	-	-

Fonte: Livro de atas dos 9 (nove) cursos da amostra.

Sobre a representação discente, apesar de considerarmos auto-explicativa a tabela nº 10, acrescentamos outras informações colhidas junto aos cursos. Dos nove colegiados pesquisados, cinco estavam sem representação discente, por ocasião do levantamento dos dados. Segundo dados da entrevista dos coordenadores, em mais de 60% dos colegiados, os alunos não comparecem às reuniões. Dos cursos que têm representação discente, dois elogiaram tal participação classificando-as de muito ativas.

A tabela nº 11 nos mostra a preocupação dos colegiados com assunto de fundamental importância no exercício das suas funções, ou seja: o estágio curricular.

TABELA Nº 11

Questões de Estágio Tratadas pelos Colegiados de Curso

Nº de Ordem	Questões referentes aos Estágios	Frequência em 9 co legiados pesquisa- dos		
		81	82	83
1	- Apreciação de minuta de convênios	-	1	-
2	- Estágio diferenciado para alunos beneficiados pela Lei 5.465/68	-	1	-
3	- Atendimento a pedidos de empresas	-	2	-
4	- Nível de aproveitamento dos alunos	-	1	-
5	- Nova proposta metodológica	2	2	-
6	- Credenciamento de instituições para estágios e/ou Internato Hospitalar	1	1	-

Fonte: Livro de atas dos 9 (nove) cursos da amostra.

A questão de nº 4, "nível de aproveitamento dos alunos estagiários", foi assunto de reunião do colegiado em consideração a ofício do DACES que "relatava dificuldades de estagiários daquele curso no Campus Avançado de Santarém, sob o fundamento de que não estariam devidamente capacitados à atuação desejável, por falta de habilitação específica." Aliás, deve-se registrar que a questão foi inicialmente debatida numa reunião, nada aparecendo sobre o assunto nas reuniões posteriores.

Outras questões, não de importância fundamental ao nosso trabalho, porém registradas nas atas, constituem a tabela nº 12.

TABELA Nº 12

Outros Assuntos Tratados pelos Colegiados de Curso

Período: Agosto/81 a Abril/83

Nº de Ordem	Assuntos Tratados	Frequência em 9 co- legiados pesquisa- dos		
		81	82	83
1	- Substituição de membro faltoso	-	1	-
2	- Transferências	6	5	-
3	- Sistema de matrícula específica	1	-	-
4	- Validação de diploma	1	4	-
5	- Posse de novos membros	6	-	-
6	- Estabelecimento de critérios para concurso no Departamento "X"	-	1	-
7	- Análise de Proposta de Curso Extra- curricular	1	-	-
8	- Estabelecimento do nº de vagas para o curso	1	2	-
9	- Analise de matrículas sem pré-requi- sitos	2	3	-
10	- Critérios para eleição de Coordena- dor e Membros dos Colegiados	-	1	-
11	- Bolsas para alunos pesquisadores	1	-	-
12	- Relato de atividades do colegiado an- terior	1	-	-

Fonte: Livro de atas dos 9 (nove) cursos da amostra.

Com referência ao item "1" da tabela nº 12, o Regulamento dos Colegiados do Curso de Graduação (Portaria 150) no seu

art. 7º reza: "Perderá o mandato o representante de Departamento que faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, sem justificativa, a critério do Colegiado." No decorrer da análise das atas, além de identificarmos onze (11) reuniões sem "quorum", identificamos um número muito grande de falta dos professores; no entanto, somente um colegiado solicitou substituição do membro faltoso no período analisado pela pesquisa.

A questão das transferências foi muito debatida com os Coordenadores e alguns membros. Na opinião da maioria há duplicidade de funções neste particular, com os Departamentos, além de ser um processo de uma morosidade a toda prova.

Considerando no entanto, que o assunto já é motivo de preocupação, inclusive do DAE e Chefias, e considerando não ser este o objeto do nosso estudo, não nos aprofundamos na questão, registrando apenas a sugestão de que a mesma seja revista pelos órgãos competentes.

Com os dados da tabela nº 12, concluímos a apresentação das atividades desenvolvidas pelos colegiados de curso, conforme registro das atas.

De posse destes dados, podemos fazer uma análise comparativa com o previsto na Portaria 150 em seu art. 3º - Atribuições do Colegiado de Curso. Nesta análise comparativa, trabalharemos aquelas atribuições que denominamos "peculiares", ou sejam, específicas da coordenação didática do curso.⁴⁹

⁴⁹ Para a análise destas atribuições, recorreremos a uma triangulação de estratégias. Assim sendo, os dados trabalhados para análise da ação dos colegiados de curso, em relação às atribuições citadas, foram retirados das atas das reuniões dos colegiados, das entrevistas com os coordenadores e com a leitura de documentos e entrevistas com pessoas envolvidas com o funcionamento do órgão, a nível de Reitoria.

As atribuições trabalhadas foram:

- Atribuição I - Compatibilizar os planos de ensino elaborados pelos Departamentos responsáveis pela ministração do Curso, tendo em vista os objetivos do mesmo (Port. 150/79 - Art. 3º - Atribuição I).
- Atribuição II - Supervisionar a execução dos planos de ensino segundo critérios pré-estabelecidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Port. 150/79 - Art. 3º - Atribuição II).
- Atribuição III - Exercer a coordenação interdisciplinar, visando a conciliar os interesses de ordem didática dos Departamentos com os dos responsáveis pelo Curso (Port. 150/79 - Art. 3º - Atribuição III).
- Atribuição IV - Elaborar e atualizar o currículo do curso, fixar pré-requisitos e requisitos paralelos. - (Port. 150/79 - Art. 3º - Atribuição IV).
- Atribuição V - Promover a articulação dos estudos do Ciclo Profissionalizante com os do Primeiro Ciclo (Port. 150/79 - Art. 3º - Atribuição V).
- Atribuição VI - Fixar a seqüência recomendável de estudos e coordenar o aconselhamento aos estudantes na matrícula e durante o curso (Port. 150/79 - Art. 3º - Atribuição VI).
- Atribuição VII - Opinar sobre propostas de aumento ou redução

do número de créditos de disciplinas (Port. 150/79 - Art. 3º - Atribuição IX).

Atribuição I do Art. 3º da Portaria 150/79

Compatibilizar os planos de ensino elaborados pelos Departamentos responsáveis pela ministração do Curso, tendo em vista os objetivos do mesmo.

Considerando os dados coletados nos nove colegiados que constituíram a amostra para leitura das atas, podemos afirmar que esta atribuição está sendo cumprida por 20% dos colegiados. Esta afirmativa, contudo, ainda tem uma ressalva: o cumprimento desta atribuição é feito esporadicamente não se constituindo atividade rotineira para os colegiados de cursos.

Para estes 20% que esporadicamente realizam tal atividade há uma série de fatores que dificultam o seu trabalho. Em alguns casos, os coordenadores colocaram a nossa disposição o arquivo de correspondência com os Departamentos, sendo que algumas delas evidenciam tal fato. Vale registrar aqui, o teor de ofício oriundo de uma Chefia de Departamento em resposta à sugestão de alteração do plano de ensino de determinada disciplina. "Informamos que a sugestão encaminhada por Vossa Senhoria não é do interesse do Departamento "X"."

Pelos depoimentos dos Coordenadores, durante a análise do material coletado, podemos afirmar que também os Departamentos não absorveram o sentido da reforma. Em alguns casos, eles se sentem donos de determinados cursos e em outros se sentem donos das disciplinas. Apesar de não termos entrevistado as che

fias dos departamentos para checar tal afirmativa, podemos dizer que, da ótica dos coordenadores, os Departamentos guardam uma certa precedência em relação aos colegiados de curso. Isto dificulta, para não dizermos que impossibilita, tanto a cooperação interescolar quanto a flexibilidade curricular, ambos elementos básicos à Reforma Universitária.

Atribuição II

Supervisionar a execução dos planos de ensino, segundo critérios pré-estabelecidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

Em 1980 a PREG instituiu um grupo de trabalho para fixar os critérios de supervisão da execução dos planos. Após exaustivo trabalho de consulta às chefias e parte dos professores, algumas sugestões foram dadas pelo grupo de trabalho. A maioria dos professores consultados manifestou-se contrário a tal tipo de supervisão, alegando a sua autonomia.

O relatório do grupo de trabalho continha recomendações de ações que deveriam sensibilizar a responsabilidade moral dos professores, optando então por não cobrar uma responsabilidade legal.

O fato é que pudemos identificar somente três colegiados preocupados com a execução dos planos. Este trabalho num dos colegiados é facilitado pela própria metodologia adotada no curso que exige um planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho grupal, constantemente. Estamos nos referindo à experiência do ensino integrado no Curso de Enfermagem.

Outro colegiado realiza o que chama "controle de qualidade do curso" aonde, por iniciativa dos seus membros ou do corpo discente, algumas disciplinas são avaliadas. Esta avaliação tem-se dado inicialmente sô com os membros dos colegiados e, em seguida, tem sido praxe chamar as Chefias e professores das respectivas disciplinas. Entendemos que tal experiência tem conseguido bons resultados, face ao total engajamento do corpo discente neste projeto de controle da qualidade do curso.

Atribuição III

Exercer a coordenação interdisciplinar visando a conciliar os interesses de ordem didática dos Departamentos com os dos responsáveis pelo Curso.

Em relação a esta atribuição, os dados coletados dificultam a emissão de afirmativas. Podemos dizer que há colegiado de curso que tem tentado exercer esta coordenação; como nas demais atribuições, fatores diversos têm dificultado a sua execução efetiva.

Enfatiza-se mais uma vez a questão da supremacia dos departamentos que, acima dos interesses dos "diferentes cursos", colocam os interesses de um curso ou mesmo do próprio departamento.

A problemática da coordenação interdisciplinar esbarra na maioria das vezes com o excesso de "zelo" por parte de algumas chefias no que concerne à "racionalidade na organização universitária". Esta problemática passa também pela articulação com os órgãos de nível central que devem exercer a função de inte-

gradores dos órgãos setoriais. Na UFSC este órgão, em relação à coordenação didática dos cursos, é o CEPE.

Nos questionamos: face aos dados coletados que tipo de relacionamento há entre estes órgãos, Departamentos e CEPE com colegiados de curso? A insistência com que aos Departamentos e ao CEPE se confere o poder de decisão e de recurso, sobre as decisões dos colegiados, indica a relação de precedência que guardam aqueles órgãos sobre este último.

Atribuição IV

Elaborar e atualizar o currículo do curso, fixar pré-requisitos e requisitos paralelos.

A questão da elaboração e atualização dos currículos dos cursos já foi tratada quando comentamos a tabela nº 8.

Podemos acrescentar que esta é uma atribuição que vem sendo executada por todos os colegiados, porém com as ressalvas já feitas aqui neste trabalho.

Acrescenta-se ainda uma dúvida que tentamos dirimir nas entrevistas com os professores: até que ponto há um engajamento dos membros dos colegiados nas questões dos cursos? Os membros se sentem responsáveis pelo curso, cujo colegiado compõem?

Estas e outras dúvidas, que serão colocadas no decorrer do trabalho, foram tomando corpo à medida em que íamos nos aprofundando na pesquisa. Da leitura das atas, não só pelo número de reuniões sem "quorum" ou pela frequência baixa de seus membros, mas principalmente pela quase inexistência de iniciativas de significância ao desenvolvimento do curso e pela descontinui

dade das poucas iniciativas ali tomadas, pode-se inferir um certo grau de descomprometimento dos componentes dos colegiados com os destinos do curso.

Esta afirmativa se aplica, no caso das reestruturações curriculares, principalmente quando da realização de trabalhos com a comunidade; realização de seminários, palestras e outros; realização de contatos com outros órgãos, tais como Departamentos envolvidos, CEPE, PREG, etc.; contatos com entidades representativas de classe, além de uma série de outras atividades.

Sobre o assunto, com base nos dados, podemos afirmar que tais atividades, quando têm sido desenvolvidas pelos colegiados, ocorrem em duas situações: ou pelo coordenador que apenas comunica os resultados obtidos submetendo-os à aprovação, ou por um pequeno grupo de membros que também submetem os resultados ao colegiado. Nas duas situações não há envolvimento significativo de todo o colegiado; afinal todos os membros estão representando algum departamento e, como tal, deveriam ser portadores dos anseios daqueles, bem como do corpo discente.

Este fato, ou seja, o não engajamento dos membros nas questões do curso, em especial na atualização do currículo, caracteriza o que chamamos de "diminuição do nível de apropriação da responsabilidade acadêmica." Afinal é comum na universidade não sabermos quem são os responsáveis por determinadas situações.

Concluindo o comentário sobre esta atribuição, perguntamos: ela está sendo executada por todos os colegiados, porém em que condições? Com que nível de efetividade?

Atribuição V

Promover a articulação dos estudos do Ciclo Profissionalizante com os de Primeiro Ciclo.

Das noventa atas analisadas somente uma faz alusão à articulação do Ciclo Profissionalizante com o Primeiro Ciclo. Outros cursos devem ter tido esta preocupação no contexto das suas reestruturações curriculares, porém não apareceu explicitamente nas atas analisadas.

Atribuição VI

Fixar a seqüência recomendável de estudos e coordenar o aconselhamento aos estudantes na matrícula e durante o curso.

A primeira parte desta atribuição está comentada nas atribuições anteriores, feitas em relação às reestruturações curriculares. O nosso comentário se fixará neste momento sobre o "aconselhamento aos estudantes na matrícula e durante o curso".

Identificamos em três dos nove colegiados pesquisados, esquemas montados com o auxílio de alguns membros e que funcionam no momento das matrículas para orientação dos estudantes. Estas orientações se referem ao preenchimento do plano de matrícula e do cartão; compatibilidade de horários e "obediência" ao currículo sugestão. Em alguns poucos casos, em que o professor orientador da matrícula já conhece o aluno, há uma orientação que poderíamos chamar de administrativa-pedagógica, o que no nosso entendimento deveria ser a praxe.

Por outro lado, identificamos em dois dos colegiados pesquisados atividades de discussão de projeto visando a implantar a figura do Professor Orientador. Nesse projeto, o Professor Orientador teria sob sua responsabilidade um determinado número de alunos, aos quais daria assistência pedagógica constante, do início ao final do curso. Entendemos que esta função não deve limitar-se aos membros dos colegiados, mas sim a todos os professores da universidade.

Hoje, pelos dados da pesquisa, podemos afirmar que é o aluno quem coordena o seu próprio curso; salvo raras exceções não há contatos constantes e seqüenciados para orientações no decorrer do curso, entre os alunos e os professores.

A nosso ver a implantação deste projeto teria uma série de vantagens para o corpo docente, discente e para a própria administração da universidade. Ainda neste trabalho faremos considerações sobre estas vantagens.

Deixaremos de fazer comentários sobre as atribuições VII, VIII, X e XI da Portaria 150/79, por não terem constituído foco de preocupação da nossa pesquisa.

Atribuição IX

Opinar sobre propostas de aumento ou redução do número de créditos de disciplinas.

A expressão "opinar" tem sido realmente aplicada na realidade. Na análise das alterações curriculares, as propostas dos colegiados têm sido consideradas pela maioria dos departamentos a nível de opinião. Têm prevalecido os interesses dos

departamentos, sendo que a questão se torna ainda mais difícil, quando a disciplina é comum a um número muito grande de cursos.

Podemos afirmar que os colegiados têm "opinado" sobre aumento ou redução do número de créditos de disciplinas.

Em resumo os dados coletados estão evidenciados na tabela abaixo.

TABELA Nº 13

Exercício de Atribuições da Coordenação Didática dos Cursos
de Graduação - UFSC - Agosto/81 a Agosto/83

Colegiado	Atribuição I		Atribuição II		Atribuição III		Atribuição IV		Atribuição V		Atribuição VI		Atribuição VII	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
A	-	x	-	x	x	-	x	-	-	-	x	-	x	-
B	-	x	-	x	x	-	x	-	-	-	-	-	x	-
C	x	-	x	-	x	-	x	-	-	-	x	-	x	-
D	x	-	x	-	x	-	x	-	-	-	x	-	x	-
E	-	x	x	-	x	-	x	-	-	-	-	-	x	-
F	-	x	-	x	x	-	x	-	-	-	-	-	x	-
G	-	x	-	x	x	-	x	-	-	-	-	-	x	-
H	-	x	-	x	x	-	x	-	x	-	-	-	x	-
I	-	x	-	x	x	-	x	-	-	-	-	-	x	-

Fonte: Atas das reuniões e entrevistas e leitura de documentos.

Completando esta análise do exercício das atribuições, podemos afirmar que há até aqueles colegiados que tentam exercer a maioria das atribuições; podemos afirmar que, em relação à grande maioria das atribuições, o poder de decisão dos colegia

dos é nulo.

Diante da análise dos dados coletados durante a pesquisa sobre a operacionalização das atribuições podemos dizer que:

- a questão da pregada "racionalização" da universidade apresenta paradoxalmente, a nosso ver, duas disfunções ou sejam: de um lado identificamos a duplicidade de funções dos colegiados, principalmente com os Departamentos e com o Departamento de Administração Escolar, órgãos regidos por normas que se sobrepõem àquelas que regem a ação dos colegiados de curso; no outro extremo estão departamentos que "zela" excessivamente por esta racionalização a ponto de servi-la em detrimento da qualidade dos cursos a quem oferecem disciplinas.

As duas disfunções são geradoras de conflitos de competência em questões como: composição dos programas das disciplinas, definição de pré-requisitos, fixação da carga horária das disciplinas, fixação de vagas-disciplinas e outras;

- a proliferação de órgãos com um pseudo-caráter decisório, agravado na UFSC pela existência de uma Coordenadoria Geral dos Cursos de Graduação, esta na verdade, a instância maior de decisão sobre as ações das Coordenadorias de Curso, no que se refere às reestruturações curriculares, explica-se pelo princípio da descentralização, mas não se justifica pela natureza das decisões de relevo que são necessariamente ratificadas em órgãos superiores. Esta centralização da tomada de decisão é responsável pelo controle total da universidade;

- não há envolvimento docente e discente na busca de soluções para as questões do curso, com isto na realidade os cursos continuam tendo uma coordenação monocrática na pessoa do coordenador do curso;

- o não envolvimento dos professores e alunos na proposta de soluções para as questões do curso, reforça também o fato de o processo de organização da universidade ser praticamente monocrático a nível de órgãos centrais. A nível de organização formal a hierarquia da universidade distribui autoridade em diferentes níveis da estrutura universitária, porém esta autoridade diminui consideravelmente a nível deste órgão setorial que é o colegiado de curso;

- as coordenadorias absorveram o que comumente chamamos de "administrativismo acadêmico", demonstrando um excesso de zelo pela causa administrativa havendo uma verdadeira inversão dos fins e dos meios;

- paralelo à despreocupação com problemas relevantes para o bom andamento dos cursos, há também uma total falta de criatividade, consequência, entre outras coisas da crescente burocratização da universidade de que lhe outorga uma relativa autonomia a nível de documentos legais, mas que na prática lhe rouba esta autonomia relativa;

- há uma crise de responsabilidade no meio acadêmico, gerada possivelmente pela imposição de uma reforma que ainda hoje não foi assimilada pela comunidade universitária. Nesta reforma, a pseudo pulverização do poder, por um sem-número de órgãos colegiados, acabou por pulverizar também a responsabilidade;

- os temas básicos dos colegiados de curso são comumente relegados a um segundo plano, atropelados pela urgência de solução às questões administrativas. Aonde estão sendo discutidas as questões de ensino, de pesquisa, de extensão?

- se o funcionamento dos colegiados de curso, como coordenadores da ação didática e científica dos cursos de graduação é fundamental à qualidade do ensino na universidade, esta qualidade merece uma atenção urgente.

De posse destes dados das atas, que fomos buscar com o intuito de dirimir dúvidas surgidas nas entrevistas com os coordenadores, outras preocupações ficaram. As respostas para estas preocupações fomos buscar através de questionário de opinião que aplicamos em 20% dos docentes membros dos colegiados de curso. Desta amostra participaram representantes de todos os colegiados de curso de graduação da UFSC, sendo que dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Odontologia não houve devolução de pelo menos um questionário.

As nossas preocupações após esta análise foram condensadas em seis questões e o questionário de opinião foi aplicado com o objetivo de averiguar se estas questões constituíam preocupações também, para os membros dos colegiados.

As questões pesquisadas, em resumo foram:

- 1.ª) a questão da inovação educacional
- 2.ª) a questão do fluxo de comunicação
- 3.ª) a questão das atribuições do colegiado
- 4.ª) a questão da motivação
- 5.ª) a questão do auto controle da ação do colegiado
- 6.ª) a questão da tomada de decisão.

Estas preocupações aqui condensadas, e que constituíram objeto desta pesquisa de opinião, foram geradas também em função dos aspectos por nós já levantados, em relação à distribuição do poder, ou seja: a extensão do desenvolvimento de regras

impessoais; a centralização das decisões; o isolamento de cada estrato ou categoria hierárquica e o desenvolvimento de relações de poder paralelos, em redor das áreas de incerteza.

Anteriormente comentamos a inexistência de projetos inovadores oriundos dos colegiados de curso; conclusão esta feita após a análise dos documentos já citados. Neste momento, porém, relatamos como os membros dos colegiados vêem esta questão.

A tabela nº 14 mostra as questões com as respectivas respostas do corpo docente.

TABELA Nº 14

A Ação dos Colegiados de Curso e a Questão da Inovação Educacional.

Questão: Inovação Educacional	Resultado em %		
	Concordo	Discordo	Tenho Dúvidas
- O colegiado propicia a realização de atividades inovadoras	35,90	41,03	23,08
- A ação do colegiado, na sua maioria, se restringe ao atendimento de normas e execução de atividades processuais já estabelecidas anteriormente	61,54	30,77	7,69
- A busca de soluções inovadoras para os problemas do curso não tem sido preocupação do colegiado	25,64	51,28	23,08

Fonte: Questionário de opinião aplicado em 20% do total dos membros dos colegiados de curso.

Analisando os dados da tabela nº 14, podemos inferir que somente 35,90% dos membros do colegiado concordam com a afirma-

tiva de que o colegiado propicia a realização de atividades inovadoras, sendo que 41,03% discordam e 23,08% têm dúvidas.

Esta opinião fica confirmada na questão seguinte, quando 61,54% dos professores concordam com a afirmativa de que "a ação do colegiado se restringe ao atendimento de normas e execução de atividades processuais já estabelecidas anteriormente."

Na última questão, os professores (51,28%) discordam da afirmativa de que "a busca de soluções inovadoras para os problemas do curso não têm sido preocupação do colegiado". Esta discordância nos deixa a seguinte dúvida: será que os membros dos colegiados consideram a sugestão de soluções como a busca de soluções? Durante a análise dos documentos, enquanto buscávamos respostas para esta questão, permeou o nosso trabalho o entendimento de que a busca de soluções se dava no decorrer de um trabalho incessante do colegiado sobre o assunto, e não apenas, no levantamento de sugestões. Este trabalho incessante se traduzia em projetos apresentados, discussões sistemáticas sobre o fato em estudo, entre outras atividades.

Concluindo sobre os dados do questionário de opinião, a respeito da questão inovação educacional, afirmamos que os membros dos colegiados têm consciência de que o colegiado não propicia a realização de atividades inovadoras e que a ação destes colegiados se restringe à execução de atividades pré-estabelecidas. Concluímos também, que no entanto, a busca de soluções inovadoras é preocupação dos professores que, entretanto, não operacionalizam tais preocupações.

Sobre a questão do fluxo de comunicação com outros órgãos, as dúvidas surgiram quando concluímos que: - as decisões importantes tomadas pelos colegiados devem ser ratificadas em

outros órgãos; - os órgãos citados como "ratificadores" das decisões foram os Departamentos, a Coordenadoria Geral dos Cursos de Graduação, e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; nem sempre, a nosso ver, tais órgãos dispunham das informações necessárias para "ratificarem" decisões tomadas a nível dos colegiados de curso. Com base nestas conclusões, submetemos à apreciação dos membros dos colegiados a seguinte afirmativa: "o colegiado fornece aos demais órgãos envolvidos no curso as informações necessárias para a tomada de decisão, sobre assuntos pertinentes ao curso". A reação dos professores foi a seguinte: 43,59% concordaram com tal afirmativa; 41,03% tiveram dúvidas e 15,38% discordaram.

Sobre a nossa afirmativa de que "o fluxo das informações que interessam ao curso, oriundas de outros órgãos da administração central, é precário", somente 15,38% discordaram.

Concluindo a respeito do fluxo de comunicação entre os órgãos no sentido de fornecerem e/ou possuírem as informações necessárias à tomada de decisão, podemos afirmar que tais informações ou não são fornecidas ou ocorrem de maneira incompleta; por sua vez os órgãos ratificadores de decisões nem sempre solicitam as informações necessárias à tal ratificação. Um exemplo ilustrador da nossa afirmativa é mais uma vez a alteração curricular. Em consulta a alguns destes processos vimos que os mesmos continham apenas e simplesmente uma nova grade curricular; não acompanhavam tal grade, os objetivos a serem perseguidos a partir dela; a filosofia que estava norteando a sua elaboração, além de outros tantos aspectos que dão a diretriz a uma reestruturação curricular.

A tabela nº 15 concentra as questões propostas com referência às atribuições do colegiado de curso. Estas questões, nasceram das dúvidas que tivemos quando da análise dos dados coletados nas entrevistas com os coordenadores e na leitura das atas.

Os dados obtidos no questionário de opinião confirmam as nossas primeiras conclusões e nos dão uma noção do nível de consciência dos professores a respeito das suas atribuições como membros dos colegiados.

TABELA Nº 15

A Ação dos Colegiados de Curso e a Questão das Atribuições

Questão: Atribuições	Resultados em %			
	Concordo	Discor <u>do</u>	Tenho Em dúvidas	branco
- Como professor, você tem clareza sobre os objetivos dos cursos onde leciona.	82,05	2,57	15,38	-
- A qualidade do ensino ministrado é preocupação constante do colegiado de curso.	51,28	20,51	28,21	-
- O aconselhamento dos estudantes é feito pelos membros dos colegiados, na matrícula e durante o curso.	12,82	58,97	28,21	-
- As questões didáticas constituem a preocupação central do colegiado.	33,33	30,77	35,90	-
- A compatibilização dos planos de ensino, tendo em vista os objetivos do curso, é executada constantemente pelo colegiado.	41,03	33,33	25,64	-
- Elaborar e atualizar o currículo do curso, fixando pré-requisitos e requisitos paralelos tem sido atividade freqüente do colegiado.	76,92	17,95	5,13	-
- A articulação dos estudos do Ciclo Profissionalizante com os de Ciclo Básico não tem sido preocupação constante do colegiado.	30,77	53,85	15,38	-
- As metas definidas pelo colegiado, para direcionarem a sua ação, refletem as reais necessidade do curso.	38,46	10,26	51,28	-
- O colegiado de curso é um órgão que evita a duplicidade de funções dentro da universidade.	25,64	15,38	58,97	-
- As funções do colegiado estão bem definidas.	25,64	35,90	38,46	-
- Há no colegiado, uma preocupação constante em definir o perfil do profissional, requerido pela sociedade.	41,03	28,21	30,77	-
- As atividades do colegiado, na sua maioria, são de cunho administrativo e não didático.	43,59	43,59	12,82	2,57
- Na maioria das vezes, a busca da melhoria da qualidade do ensino é feita por professores não integrantes do colegiado.	43,59	23,08	30,77	2,57

Fonte: Questionário de opinião aplicado em 20% do total dos membros dos colegiados de curso.

Em resumo, os resultados da tabela nº 15, nos dizem que:

- os professores têm claro os objetivos do curso;
- para 51,28% dos professores a qualidade do ensino é preocupação constante do colegiado;

- um dos recursos para o controle da qualidade do curso, com certeza não é a orientação aos estudantes uma vez que 58,97% discordam da afirmativa de que o "aconselhamento dos estudantes é feito pelos membros dos colegiados, na matrícula e durante o curso";

- sobre a "questão didática como preocupação central do colegiado" os dados são de difícil análise uma vez que as opiniões ficaram assim explicitadas: 33,33% concordam com a afirmativa; 30,77% discordam e 35,90% têm dúvidas;

- "a compatibilização dos planos de ensino, tendo em vista os objetivos do curso é executada constantemente, tendo em vista os objetivos do curso", segundo as opiniões de 41,03% dos professores; dos demais, 30,77% têm dúvidas; 23,08% discordam e 2,57% não responderam;

- 76,92% dos professores concordam que têm sido atividades constantes dos colegiados a elaboração e atualização do currículo do curso;

- articulação do Ciclo Básico com o Profissionalizante tem sido preocupação dos colegiados, conforme a opinião de 53,85% dos professores que discordaram da nossa afirmativa de que esta não era uma preocupação constante dos colegiados;

- com a afirmativa de que as "as metas definidas pelo colegiado, para direcionarem a sua ação, refletem as reais necessidades do curso", somente 38,46% dos professores concordam;

- 58,97% dos professores têm dúvidas se o colegiado de curso é um órgão que evita a duplicidade de funções dentro da

universidade;

- "as funções do colegiado não estão bem definidas para 35,90% dos professores que discordaram da afirmativa, sendo que 38,46% dos professores tiveram dúvidas";

- "há uma preocupação constante em definir o perfil do profissional, requerido pela sociedade" conforme opiniões de 41,03% dos professores, os demais discordam ou têm dúvidas sobre a questão;

- como já haviam feito anteriormente, os professores se manifestam ligeiramente a favor da afirmativa de que "as atividades do colegiado, na sua maioria são de cunho administrativo e não didático";

- para 43,59% dos professores na maioria das vezes a busca da melhoria da qualidade do ensino é feita por professores não integrantes do colegiado, sendo que 23,08% discordam, 30,77% têm dúvidas e 2,57% não responderam a questão.

Concluindo, diríamos que a maioria dos dados das atas por nós tratados anteriormente se confirmam na análise da opinião dos membros dos colegiados. Podemos afirmar também que os professores têm consciência das limitações de ação do colegiado, sendo que esta consciência, que havíamos suposto existir deixaria marcas na prática destes membros, como podemos observar quando questionamos sobre a motivação.

A tabela nº 16 nos mostra dados interessantes sobre elementos por nós considerados motivacionais à ação dos docentes dentro do colegiado.

Sobre a confiança no êxito da ação do órgão, somente 25,64% manifestaram-se favoravelmente; um dado que exige refle-

xão é justamente o de que 46,15% têm dúvidas sobre esta ação e 28,21% dos professores não se mostram confiantes na ação dos colegiados de curso.

Por outro lado, um dado significativo e impulsionador de ações para quem pretende reorganizar o órgão, é o de que nenhum professor considera o tempo destinado às reuniões do colegiado, como desperdiçado, e somente 23,08% têm dúvidas sobre o assunto.

Para uma ligeira maioria, 51,28% dos membros, os órgãos são significativamente importantes no contexto da universidade, sendo que 15,38% discordam e 33,33% têm dúvidas sobre a afirmativa.

Com base em alguns depoimentos colhidos verbalmente, tivemos dúvidas se os professores sentiam satisfação em integrar os colegiados de curso. Da afirmativa "os docentes não sentem satisfação em integrar os colegiados de curso, somente 33,33% discordam, sendo que 28,21% concordam e 38,46% têm dúvidas.

TABELA Nº 16

A Ação dos Colegiados de Curso e Alguns Fatores Motivacionais

Questões: Motivação	Resultados em %			
	Concordo	Discor- do	Tenho Dúvidas	Em Branco
- Como membro do colegiado você é extremamente confiante no êxito da ação deste órgão.	25,64	28,21	46,15	-
- O tempo destinado às reuniões de colegiado de curso pode ser considerado como desperdiçado.	-	76,92	23,08	-
- No contexto da universidade, os colegiados de curso são órgãos significativamente importantes.	51,28	15,38	33,33	-
- Os docentes não sentem satisfação em integrar os colegiados de curso.	28,21	33,33	38,46	-

Fonte: Questionário de opinião aplicado em 20% do total dos membros dos colegiados de curso.

Concluindo, diríamos que possivelmente em função dos fatores já levantados anteriormente, entre eles a total inexistência do poder de decisão, os professores na sua maioria não são confiantes no êxito da ação do órgão nem sentem satisfação em integrá-los. Dois dados são extremamente positivos nesta tabela, ou seja: para uma maioria (51,28%) o órgão é importante no contexto da universidade, demonstrando com isto, um certo grau de crédito nas funções que devem ser desempenhadas pelo mesmo e, para uma grande maioria, o tempo destinado às reuniões não é desperdiçado.

A inexistência de um planejamento para a ação do colegiado e de uma avaliação da sua ação detectado na análise dos docu

mentos já citados, motivou-nos a levantar tais questões junto aos professores. Os resultados demonstraram que a maioria (61,54%) têm consciência de que o colegiado não avalia nem replaneja a sua ação. A respeito da afirmativa "o controle dos resultados da ação do colegiado deve ser feito nos órgãos centrais da universidade", 41,03% discordam e 28,01% tiveram dúvidas, sendo que somente 30,77% concordam.

A conclusão principal sobre a questão do controle dos resultados do colegiado, na opinião dos professores, é de que não está havendo este controle, porém deveria existir e no âmbito do próprio órgão.

TABELA Nº 17

A Ação dos Colegiados e Aspectos do Processo de Tomada
de Decisão.

Questão: Tomada de Decisão	Resultado em %			
	Concordo	Discor- do	Tenho Dúvidas	Em Branco
- O nível do poder de tomada de decisão do colegiado tem motivado a sua participação no colegiado.	35,90	43,59	20,51	-
- Os membros dos colegiados não têm poder de decidir em nome dos departamentos que representam.	51,25	33,33	15,38	-
- O colegiado de cada curso deveria estar representado no Conselho Departamental e/ou em outros órgãos da universidade, com direito a voz e voto.	64,10	10,26	25,64	-
- Os órgãos que têm algum poder de decisão na universidade, dispõem das informações necessárias para sustentar as decisões tomadas.	15,38	25,64	58,97	-
- O colegiado deveria ter mais autoridade na tomada de decisão.	69,23	17,95	12,82	-
- O grau de poder de decisão dos colegiados é satisfatório.	33,33	38,46	28,21	-
- O colegiado de curso é o órgão que realmente deve tomar as decisões pertinentes ao curso.	76,92	10,26	12,82	-

Fonte: Questionário de opinião aplicado em 20% do total dos membros dos colegiados de curso.

Na questão motivacional afirmávamos que um dos principais fatores responsáveis pela baixa motivação dos membros em relação à ação dos colegiados era a inexistência do poder de decisão. Esta afirmativa, fazemos baseada também nos dados desta tabela nº 17, na qual fica evidenciado que 43,59% dos professores discodaram e 20,51% tiveram dúvidas sobre a afirmativa "o ní

vel do poder de tomada de decisão do colegiado tem motivado a sua participação no colegiado".

O poder de decisão, em nome dos departamentos que representam, para 51,25% dos professores não existe, sendo que 15,38% têm dúvidas e somente 33,33% acham que esse poder existe.

A angústia pela demora das ratificações das decisões demonstrada pelos coordenadores existe também para 64,10% dos professores que concordaram em que o colegiado devesse estar representado no Conselho Departamental e/ou em outros órgãos da universidade, com direito a voz e voto. Sobre a questão somente 10,26% dos professores discordaram.

Na tomada de decisão, os órgãos ratificadores, não dispõem das informações necessárias para sustentar as decisões tomadas, esta é a opinião de 25,64% dos professores, somadas talvez aos 58,97% que têm dúvidas sobre o assunto. Somente 15,38% acreditam que tais órgãos disponham das informações necessárias à tomada de decisão.

Para a grande maioria dos professores - quase 70% - o colegiado deveria ter mais autoridade na tomada de decisão. Esta resposta, somada aos 76,92% que acreditam que é o colegiado de curso o órgão que realmente deve tomar as decisões pertinentes ao curso, nos autoriza afirmar que a nível de filosofia, a ação do colegiado é aceita, sendo que a nível de sua prática é que há um certo grau de descrédito.

Concluindo, enfatizamos algumas afirmações já feitas no decorrer do trabalho: há ausência de poder de decisão nos colegiados. Esta ausência está influenciando na ação dos seus membros, sendo responsável por certo grau de resistência dos professores

em integrar tais colegiados. No entanto, há uma assimilação da filosofia de ação deste órgão, sendo que se acredita que realmente os mesmos deveriam tomar as decisões do curso. Para isso, pedem mais poder de decisão e maior representatividade no contexto da universidade.

Após esta análise das atribuições e ao concluirmos este capítulo enfatizamos que os princípios preconizados pelo Relatório Meira Matos apontando na direção de uma universidade que atendesse às demandas de ascensão e prestígio sociais de uma classe média que reclamava sua recompensa pelo apoio dado ao golpe de 1964, foram alcançados.

Tais princípios foram alcançados pela vinculação da educação à segurança nacional, ao desenvolvimento econômico e nacional e à integração nacional; estes por sua vez garantidos em parte, pelo Ato Institucional nº 5 e o Decreto 477 e parte, pela reforma universitária que ampliou o acesso da classe média ao ensino superior.

A reforma universitária, apoiada na departamentalização, fragmentou a universidade em todos os seus níveis. Fragmentada no nível administrativo por exemplo, seus órgãos dirigentes ficaram sob a vigilância do Estado que passou a orientar a sua unificação administrativa burocrática, desligando-os da coletividade universitária, reduzindo-os à condição passiva de executantes de ordens superiores.

A constatação da afirmativa pudemos fazer com base nos dados colhidos na UFSC e em outras universidades que nos dão um perfil do real desempenho do órgão foco do nosso estudo ou seja os colegiados de cursos de graduação.

Este perfil nos diz que os colegiados de curso: não detêm o controle didático dos cursos o que é feito pelos departamentos que detêm este controle em termos de professores e dos conteúdos e por meio deles, das disciplinas; contribuem para tornar ainda mais pesada a estrutura administrativa burocrática da universidade; contribuem para a fragmentação do trabalho educativo uma vez que teoricamente têm sob sua responsabilidade os objetivos e as finalidades dos cursos, enquanto os meios, os conteúdos, as formas de produção e sistematização do saber ficam sob a responsabilidade dos departamentos; contribuem para a separação do ensino e da pesquisa.

O mesmo perfil nos mostra um órgão a serviço do modelo de universidade burocratizada desempenhando papéis de instrumento deste modelo, longe ainda de ser espaço fecundo na busca de alternativas para a construção de um novo projeto social.

Enfim, considerando os resultados que ora trazemos, nos manifestamos pela extinção dos colegiados de curso, a nível de graduação.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo, não pretendemos repetir as considerações ou conclusões no nível em que já foram feitas no decorrer do trabalho, mas pretendemos sim, com base na fundamentação teórica apresentada, tecer alguns comentários. Estes comentários dizem respeito ao papel dos colegiados de curso dentro da proposta de educação feita para servir de suporte ao chamado "modelo brasileiro", implantado a partir de 1964.

Enfatizamos também, que estes comentários, ou conclusões, serão sobre dois aspectos, ou seja: sobre o órgão como parte da organização burocrática da universidade e sobre seus membros, também como integrantes desta organização burocrática.

Com base na leitura da investigação feita, a ação dos colegiados de curso de graduação da UFSC, no período de agosto de 1981 a agosto de 1983, podemos afirmar que os colegiados de curso não têm poder de decisão. Esta afirmativa fazemos com base na constatação de que a maioria dos colegiados investigados demonstrou não ter este poder, nas sete atribuições estudadas.

Por outro lado, se encontramos colegiados que não decidem, encontramos também coordenadores com uma liderança muito ~~X~~ acentuada, capazes de coordenarem os cursos à ^emação de um colegiado inerte, inoperante, pesado e desinteressado das coisas do curso. Podemos encontrar portanto, algumas coordenações monocráticas que se não têm poder de decisão, estão pelo menos ligadas aos interesses dos cursos. Esta constatação demonstra, entre outras coisas, a viabilidade de execução de algum trabalho mesmo à revelia da estrutura vigente.

A explicação para a criação e manutenção de órgãos como os colegiados de curso, encontramos no modelo de universidade brasileira, que compatível com o modelo econômico-estrutural-administrativo foi inspirado nos modelos tecnicistas de Taylor e Fayol; assim sendo, esta universidade apresenta-se racionalizada e burocratizada.

Na contribuição das teorias de Althusser, Baudelot e Establet, que vêem a escola como AIE, nos apoiamos para afirmar que a universidade brasileira vem reproduzindo a estrutura de classe e de poder imprescindíveis ao funcionamento do dito "modelo brasileiro". A universidade brasileira não está sendo ainda, de maneira incisiva, o "local de luta" preconizado por Snyders, capaz de gerar alternativas que respondam aos desafios a ela lançados pela sociedade brasileira, neste momento.

O colegiado de curso, verdadeiro "obreiro" do "modelo brasileiro", tem contribuído sobremaneira para operacionalizar este papel "reprodutor" desempenhado pela universidade, uma vez que: não discutem os cursos que oferecem, na maioria das vezes enveredados para uma formação utilitária curta e rentável ao

sistema; contribuem na formação de "trabalhadores" sem a competência técnica tão necessária a uma atuação capaz de responder ao progresso técnico; contribuem na formação de contingentes inerteiros, incapazes de reivindicar, incapazes de exigir uma universidade pública e gratuita, um ensino conseqüente por exemplo, porque estão desestrumentalizados intelectualmente para questionar o sistema; estão cegos e surdos aos reclamos do mundo moderno que está exigindo um aumento de qualidade e quantidade de escolaridade; discutem aleatoriamente os problemas do curso, uma vez que há uma descontinuidade assustadora nestas discussões.

Ainda como "obreiros" do dito modelo brasileiro, nos apoiamos em Trachtenberg⁵⁰, para dizer que os colegiados desempenham papel fundamental para que a universidade hoje "forme a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, crie aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forme os aplicadores de legislação de exceção, nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de um "complô de belas almas" recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for.

Na instância das faculdades de educação, forme-se o planejador tecnocrata a quem importa discutir os meios sem discutir os fins da educação, confeccionar reformas educacionais que

⁵⁰ TRACHTENBERG, Maurício. A delinqüência acadêmica. Educação e Sociedade. São Paulo, 1(3):76, Maio 1979.

na realidade são verdadeiras restaurações."

Os colegiados de curso que revelam portanto uma margem muito pequeno de atuação sobre a função que lhes é inerente, isto é, a coordenação didática e científica dos cursos, revelam também outro problema sério que é a sua interação com a estrutura departamental e com os demais órgãos da universidade. Não há fluxo de comunicação capaz de viabilizar uma ação atuante dos colegiados.

Não há este fluxo de comunicação na medida em que imbuídas do espírito burocrático estes órgãos se reconhecem precedentes aos colegiados. Esta atitude se mostra nas duas situações detectadas, ou seja, nos departamentos donos de cursos e nos departamentos donos de disciplinas.

O fluxo com outros órgãos superiores, em especial com o CEPE, é praticamente inexistente se considerarmos que inexistente um fluxo inverso gerador do debate sobre as conseqüências das suas decisões. No caso específico da UFSC, este relacionamento com o CEPE, no que diz respeito às questões curriculares são mais difíceis ainda, uma vez que, tal órgão, no que diz respeito às questões curriculares, funciona totalmente atrelado à Coordenadoria Geral dos Cursos de Graduação (CGCG). Esta afirmação fazemos com base na leitura comparativa entre os pareceres dos Conselheiros e os oriundos daquela Coordenadoria.

A exemplo de sugestões de estudo feitas no decorrer desta pesquisa, registramos também esta: reflexão sobre as reais funções da CGCG, sua localização na estrutura da UFSC, etc.

Outro aspecto em relação ao colegiado, enquanto órgão de uma organização burocrática, é a sua contribuição para a proliferação de órgãos colegiados.

Retomando as palavras de Ramos⁵¹ - pensamos que "a multiplicação de órgãos colegiados embora possa aparentar um comprometimento mais amplo de pessoas nas deliberações, alargou o campo de manobra para arranjos de cúpula, contribuiu para maior burocratização da universidade e para a diluição da autoridade em todos os níveis, além de diminuir o grau de consistência das decisões e o nível de apropriação da responsabilidade acadêmica".

O colegiado de curso não cria, só reproduz situações. Esta afirmativa fazemos com base na leitura das atas onde detectamos poucos projetos capazes de serem considerados "inovadores". Face a isto, ou seja, se ele não cria, ele está sendo apenas um órgão executor de ordens e tarefas emanadas de níveis superiores hierárquicos.

O colegiado de curso está totalmente envolvido com ativi-dades meios, esquecendo-se das suas atividades fins. Contribui sobremaneira para a dissociabilidade do ensino e da pesquisa, uma vez que esta não foi tema de nenhuma das noventa reuniões analisadas. Acrescentamos a esta constatação outra que contribui no mesmo nível para "contrariar" os chamados princípios da reforma, ou seja, a manutenção dos colegiados de curso e dos departamentos configura uma autêntica "duplicação de meios".

No início destas considerações, nos propusemos tratar das questões do colegiado como um órgão da estrutura burocrática da universidade, e de questões relacionadas com os integrantes destes órgãos.

Esta proposição vem em resposta a uma questão que também constituía preocupação da nossa pesquisa, ou seja, e os membros

⁵¹RAMOS, José Ferreira. Participação da comunidade universitária na escolha de seus dirigentes. Estudos e Debates. Brasília, (3):93, 1980.

destes órgãos, enquanto seres humanos como reagem dentro e em relação a sua participação nos colegiados?

Diante das constatações feitas nas leituras das atas, constatações estas que apontam para uma instituição onde as responsabilidades estão completamente diluídas; para uma instituição que perpetua um processo de alienação nos indivíduos, fomos buscar respostas para a questão acima levantada, junto aos membros dos colegiados de curso.

A questão básica que se coloca frente às constatações já mencionadas é o nível de responsabilidade social do professor universitário. Sobre o assunto Tragtenberg⁵² diz que "a não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de "delinqüência acadêmica ou da "traição do intelectual"."

A não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento pudemos sentir materializada na "não apropriação" de responsabilidade; na ausência da análise e discussão de problemas relevantes para o curso e para a sociedade; na busca da manutenção da ordem através de um "fazer neutro", isto é apolítico ou de interesse à política do poder; numa alienação educacional que se configura na ausência da capacidade de criar, de propor soluções autenticamente fundamentadas na sua realidade.

A materialização desta não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento, está registrada nas atas das reuniões dos colegiados, na produção destes colegiados, nas respostas aos questionários...

As responsabilidades na verdade são atribuídas ao colegiado de curso como entidade; uma entidade totalmente abstrai-

⁵² TRAGTENBERG, Maurício. op. cit., p.79.

da de seus participantes.

A análise e discussão de problemas relevantes para o curso e para a sociedade estão praticamente ausentes das reuniões dos colegiados. Quando acontecem, como já mencionamos, estas discussões não são conclusivas, ficando a continuidade das discussões, na maioria das vezes para uma próxima reunião ou delegadas a um grupo de trabalho. As atas demonstram que os assuntos, na sua grande maioria, não voltam na próxima reunião, nem os grupos de trabalho apresentam seus relatórios.

São exemplos ilustrativos desta nossa afirmação as questões que já levantamos a respeito das propostas de alterações curriculares, feitas à revelia de um projeto a ser perseguido, por exemplo. Na ausência de um projeto, estas propostas acabam sendo reducionistas, isto é, acabam privilegiando um tópico de tal maneira que os outros são praticamente desprezados e relegados ao esquecimento. No momento presente, este reducionismo está privilegiando o econômico na medida em que o produto que se espera alcançar com tais propostas é estritamente gerador de capital, enquanto entendemos, numa perspectiva do projeto, que viemos defendendo até aqui, devesse ser gerador de cultura.

O empenho do professor universitário, na manutenção da ordem, manifesta-se no seu "fazer pseudamente neutro", "apolítico"; na verdade um fazer mantenedor das ideologias dominantes.

Esta é sem dúvida uma situação paradoxal, pois como desenvolver a educação, como promover o desenvolvimento cultural sem sujeitos ativos, que se preparem para tal missão com liberdade e criatividade? Sem que uma atitude crítica dos educadores venha denunciar o sistema educacional como instrumento a servi-

ço do poder dominante?

A materialização da "alienação educacional" de que padece o professor universitário, também se deduz na leitura das atas das reuniões dos colegiados, bem como na produção destes colegiados e nas suas respostas aos questionários.

Esta alienação se concretiza na medida em que estes professores, enquanto membros dos colegiados não criam material e culturalmente; parecem alheios à realidade que os cerca, enquanto adotam atitudes e valores ditados e importados de outras realidades sociais e culturais. Pensando como Pinto⁵³, diríamos que "não possuem óptica própria, vendo-se a si mesmos e a toda a realidade com os olhos alheios."

Analisando este quadro inscrito no contexto político-econômico-social vigente na sociedade brasileira, sabemos que ele foi gerado nos anos 60, à luz de um modelo que optou pelo desenvolvimento econômico, às custas da manutenção do nosso subdesenvolvimento cultural. Um modelo que não hesitou em lançar mão de um AI-5 ou um Decreto 477, ou ainda outras leis de exceção, sob a égide dos quais muitos dos nossos professores foram selecionados. Seleções estas que privilegiaram os favoráveis ao sistema em detrimento de uma geração de cérebros, considerados "personas" não gratas ao poder.

Hoje o resultado é este: uma universidade mutilada em termos de recursos humanos e sem identificação com as reais necessidades da maioria da população, em termos de ação.

O momento, para superação deste estado de coisas, exige uma tomada de posição crítica, não mais ao nível das constata-

⁵³ PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982. p.53.

ções dos aspectos negativos do papel desempenhado pela escola e pelos educadores ou ao nível das denúncias puras e simples, mas no nível de uma ação que implica necessariamente numa participação ativa e dotada de consciência crítica.

Esta ação, enquanto participativa exige a criação de canais de participação real dos professores, estudantes e funcionários no meio universitário; enquanto dotada de consciência crítica, não alienada, exige que os objetivos a serem perseguidos pela universidade, sejam os objetivos da sociedade em luta pelo seu desenvolvimento e pela transformação da vida do homem.

As linhas desta participação ativa e consciente devem nascer da comunidade universitária e por ela serem discutidas e implantadas.

PROPOSTA ALTERNATIVA

Como contribuição à busca de soluções, trazemos alguns questionamentos para reflexão e que entendemos devem conduzir à elaboração de uma proposta alternativa para a questão da coordenação didática dos cursos.

Antes, no entanto, devemos fazer dois esclarecimentos:

1. Os nossos questionamentos são feitos a partir e dentro do processo de departamentalização que rege a universidade brasileira, isto porém o fazemos sem entrar no mérito deste sistema, uma vez que não constituía objeto do nosso estudo.

2. Estamos propondo a busca de novas alternativas com o intuito de contribuir para a mudança propriamente dita, sem propor contudo a criação de novos dispositivos legais. Entendemos que estes virão mais tarde, como consequência de uma nova realidade.

Feitas estas considerações, eis os nossos questionamentos.

Ao concordarmos com Ribeiro⁵⁴, que ao escrever sobre a "Natureza do Departamento" assim se manifesta: "O Departamento Científico é, dessa forma, um ente complexo, que congrega a um só tempo, docentes e matérias; que executa, simultaneamente, atividades de ensino, pesquisa e extensão e que, portanto, é por excelência, a organização responsável pelo cumprimento das funções da Universidade no seu âmbito de atuação. A rigor, é o departamento o órgão de "produção" da Universidade: produção de conhecimentos, produção de serviços; o seu produto é o saber transmitido ao estudante e por ele auferido e o conhecimento pesquisado e descoberto pelos docentes. É assim uma instituição singular, a única que tem uma existência essencial na Universidade, na medida em que se responsabiliza pela execução dos objetivos do estabelecimento.

Além disso, essa complexidade torna-se ainda maior, quando o Departamento assume suas funções puramente administrativas; quando elabora o seu orçamento; administra suas finanças; exerce o controle do desempenho funcional de seu pessoal docente e técnico administrativo. Assim entendido, o Departamento é a manifestação sintética do todo universitário; torna-se uma micro-universidade."

Questionamos:

1) se há um órgão com tais características dentro da universidade, porque não é este o órgão responsável pela coordenação didática dos cursos?

2) se há departamentos que congregam a maioria das disci

⁵⁴ RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Administração acadêmica universitária. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977. p.84.

plinas de um curso, oferecendo as condições ideais para o ensino, pesquisa e extensão, voltados para o aprimoramento da qualidade do ensino oferecido nestes cursos, porque não são estes departamentos os responsáveis por tais cursos?

3) se o modelo burocrático se fundamenta num sistema de hierarquia de funções e órgãos porque mantermos um órgão como o colegiado, hierarquicamente inferior aos Departamentos, para lá "pseudamente" discutir as questões dos cursos? Porque essas discussões não acontecem nos Departamentos e entre Departamentos?

4) se o ponto ótimo do "continuum" do processo de Departamentalização, ou seja, o ponto ótimo entre a departamentalização metério-cêntrico onde o critério básico é a matéria e da Departamentalização carreiro-cêntrico, onde o critério básico é o curso, deve ser buscado pelos Departamentos, por que este ponto ótimo para alguns departamentos não poderia pender para a departamentalização carreiro-cêntrico onde o critério básico seria o curso?

Este nosso entendimento criaria na universidade dois tipos de departamentos, ou seja, uns que apresentariam o ponto ótimo entre os dois critérios e outros que apresentariam o ponto ótimo favorecendo o curso como critério básico.

5) por que enfraquecer os Departamentos retirando seus membros e distribuindo-os por "n" colegiados inoperantes, mantendo uma situação que a ninguém engana mais?

6) por que continuar mantendo "n" especialistas alheios às causas dos cursos em que trabalham, uma vez que dificilmente os assuntos dos colegiados são redescutidos nos colegiados dos departamentos?

7) por que não conferir a cada professor a condição de professor orientador? Por que não conferir-lhes vantagens nesta condição, como:

- . conhecimento, com aprofundamento dos objetivos do curso, dos seus problemas, dos seus projetos, etc.;
- . maior engajamento nas lutas pelas causas do curso;
- . melhor relacionamento com o corpo discente, possibilitando o desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa, de extensão e outros.

Por que não conferir aos discentes, através desta condição de professor orientador dada aos professores, vantagens como:

- . visão total do curso possibilitando uma distribuição pedagógica equilibrada no decorrer das diferentes fases;
- . acompanhamento constante das alterações curriculares acontecidas ou em estudo no curso;
- . engajamento nas lutas pela melhoria do curso e com conhecimento de causa;
- . melhoria do relacionamento com o corpo docente, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa, de extensão e outros.

Por que não perseguir com esta condição de professor orientador, vantagens administrativas como:

- . melhoria do fluxo dos alunos pelas diferentes fases;
- . identificação das causas do represamento dos alunos, com possibilidades de soluções mais rápidas e eficazes;
- . agilização de medidas administrativas pedagógicas de interesse do corpo discente, docente e da administração.

8) Por que se continua mantendo hoje, 34 (trinta e quatro) coordenadorias, envolvendo perto de 400 pessoas que poderiam estar reforçando o trabalho departamental?

9) Por que continuarmos também com a pulverização da responsabilidade administrativa, mantendo estes serviços no DAE, na Secretaria das Coordenadorias e nas Secretarias dos Centros?

Com estes questionamentos que aqui levantamos esperamos gerar um debate propício; um debate que auxilie na construção de uma nova universidade que, por sua vez, ajudará na construção de uma nova sociedade. Por certo, mais justa!

A N E X O S

ANEXO Nº 1

Ministério de Educação e Cultura
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 150/79

O Reitor da UFSC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino e Pesquisa, em sua reunião do dia 11/01/79,

R E S O L V E :

Art. 1º - APROVAR o Regulamento anexo dos Colegiados dos Cursos de Graduação que passa a fazer parte integrante da presente Portaria.

Art. 2º - O novo Regulamento entrará em vigor com a publicação do novo Estatuto e Regimento da Universidade, no Diário Oficial da União.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 04 de maio de 1979.

(Ass) Prof. Caspar Erich Stemmer
Reitor

REGULAMENTO DOS COLEGIADOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 1º - O presente Regulamento disciplina as atividades dos Colegiados dos Cursos de Graduação da UFSC.

Art. 2º - O Colegiado de Curso de Graduação será constituído:

- I - de um Coordenador e um Sub-Coordenador;
- II - de representantes dos Departamentos, na proporção de 1 (um) para cada participação do Departamento igual a 10% dos créditos necessários à conclusão do Curso;
- III - de representante do Corpo Discente.

§ 1º - O Coordenador e o Sub-Coordenador serão indicados pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação.

§ 2º - A indicação dos representantes dos Departamentos será feita pelo respectivo chefe, para um mandato de dois anos, com possibilidade de recondução;

§ 3º - Caberá ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão fixar, com base no currículo pleno, o número de representantes de cada Departamento que comporão o Colegiado de Curso.

§ 4º - Na fixação do número de representantes dos Departamentos, as frações iguais ou superiores a 5% dos créditos necessários à conclusão do Curso corresponderão a 1.

§ 5º - Para efeito de composição do Colegiado de Curso não serão considerados os créditos:

- X I - relativos à Prática Desportiva;
- II - concernentes a disciplinas optativas;
- III - integrantes da área de habilitação específica, desde que haja mais de uma opção.

§ 6º - O representante do corpo discente será eleito anualmente pelo Diretório Acadêmico, ouvida a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, dentre os estudantes do Curso que tenham cumprido os créditos do primeiro ciclo, com IAA igual ou superior a 2.

Art. 3º - São atribuições do Colegiado de Curso:

- I - Compatibilizar os planos de ensino elaborados pelos Departamentos responsáveis pela ministração do Curso, tendo em

vista os objetivos do mesmo;

II - Supervisionar a execução dos planos de ensino segundo critérios pré-estabelecidos pela Prô-Reitoria de Ensino de Graduação;

III - Exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem didática dos Departamentos com os dos responsáveis pelo Curso;

IV - Elaborar e atualizar o currículo do curso, fixar pré-requisitos e requisitos paralelos;

V - Promover a articulação dos estudos do Ciclo Profissionalizante com os de Primeiro Ciclo;

VI - Fixar a seqüência recomendável de estudos e coordenar o aconselhamento aos estudantes na matrícula e durante o curso;

VII - Opinar sobre propostas de aumento ou redução do número de créditos de disciplinas;

VIII - Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de transferência, determinando as adaptações necessárias de acordo com a regulamentação e os critérios fixados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 4º - Compete ao Coordenador:

I - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

II - representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;

III - executar as deliberações do Colegiado;

IV - Superintender a Secretaria do Colegiado;

V - Comunicar ao Diretor da Unidade quaisquer irregularidades e solicitar medidas para corrigi-las;

VI - Designar relator ou comissão para o estudo de matérias a ser decidida pelo Colegiado;

VII - Decidir matéria de urgência "ad-referendum" do Colegiado;

VIII - Articular o Colegiado de Curso com os Departamentos e outros órgãos envolvidos;

IX - Coordenar a elaboração dos horários de aula, ouvindo os Chefes dos Departamentos envolvidos;

X - Verificar o cumprimento dos créditos curriculares para a concessão do grau acadêmico aos alunos concluintes;

XI - Julgar pedidos de trancamento e de cancelamento de matrícula em disciplinas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XII - Alertar os Departamentos quando o número de vagas fixado para as disciplinas do Curso for insuficiente para atender a demanda;

XIII - Exercer outras atribuições previstas em Lei, Regulamento ou Regimento.

Art. 5º - O Colegiado de Curso funcionará com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º - O Colegiado reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês durante o período letivo.

§ 2º - Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por escrito por seu presidente, por iniciativa própria ou atendendo a pedido de, pelos menos, 1/3 de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas, mencionando-se o assunto que deva ser tratado;

§ 3º - Em caso de urgência, o prazo de convocação previsto no parágrafo anterior poderá ser reduzido e a indicação da pauta, omitida, quando ocorrer motivo excepcional a ser justificado no início da reunião.

§ 4º - As reuniões obedecerão ao que prescrevem os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Regimento Geral da Universidade.

Art. 6º - Compete ao Sub-Coordenador assessorar o Coordenador e substituí-lo nas faltas ou impedimentos.

Parágrafo único - Na falta ou impedimento do Coordenador e do Sub-Coordenador, a presidência será exercida pelo membro do Colegiado mais antigo no Magistério da Universidade ou, em igualdade de condições, pelo mais idoso.

Art. 7º - Perderá o mandato o representante de Departamento que faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco alternativas, sem justificativa, a critério do Colegiado.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

ANEXO Nº 2

QUESTIONÁRIO DE OPINIÃO1. INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

- a) Preencha todos os dados solicitados no item "DADOS ESSENCIAIS".
- b) Em cada um dos itens de 1 a 37, assinale aquela alternativa que mais identifica a sua experiência como membro de colegiado de curso de graduação.
- c) Responda com sinceridade e lembre-se que suas respostas não serão identificadas; portanto, não assine este material. A identificação para fins de controle de recebimento das respostas, está sendo feito apenas no envelope de devolução.

2. DADOS ESSENCIAIS:

a) Idade: anos

b) Grau do último curso concluído

- graduação () - especialização ()
- mestrado () - doutorado ()
- pós-doutorado ()

c) Você foi votado para membro do colegiado de curso?

Sim () Não ()

d) Você concorda com a forma de sua indicação para membro
de colegiado de curso de graduação?

Sim () Não ()

e) A sua formação básica é a mesma do curso do qual você par
ticipa como membro do colegiado?

Sim (), Não ()

I T E M S	CONCORDO	DISCORDO	TENHO DÚVIDAS
01. Como professor, você tem clareza sobre os objetivos dos cursos onde leciona.			
02. A qualidade do ensino ministrado é preocupação constante do colegiado de curso.			
03. As esferas com poder de decisão na universidade não dispõem de informações precisas e adequadas sobre o que decidem.			
04. O nível do poder de tomada de decisão do colegiado tem motivado a sua participação no colegiado.			
05. O colegiado de curso propicia a realização de atividades inovadoras.			
06. Os docentes oferecem resistência em integrar os colegiados de curso.			
07. O aconselhamento dos estudantes é feito pelos membros dos colegiados, na matrícula e durante o curso.			
08. A ação do colegiado, na sua maioria, se restringe ao atendimento de normas e execução de atividades processuais já estabelecidas anteriormente.			
09. Os membros dos colegiados não têm poder de decidir em nome dos departamentos que representam.			
10. O colegiado de cada curso deveria estar representado no Conselho Departamental e/ou em outros órgãos da universidade, com direito a voz e voto.			
11. O colegiado avalia os resultados da sua ação em intervalos adequados, replanejando-a.			
12. Como membro do colegiado você é extremamente confiante no êxito da ação deste órgão.			

I T E N S	CONCORDO	DISCORDO	TENHO DÚVIDAS
13. As questões didáticas constituem a preocupação central do colegiado.			
14. O colegiado fornece aos demais órgãos envolvidos no curso as informações necessárias para a tomada de decisão, sobre assuntos pertinentes ao curso.			
15. A compatibilização dos planos de ensino, tendo em vista os objetivos do curso, é executada constantemente pelo colegiado.			
16. Os órgãos que têm alguns poder de decisão na universidade, dispõem das informações necessárias para sustentar as decisões tomadas.			
17. O colegiado deveria ter mais autoridade na tomada de decisão.			
18. A busca de soluções inovadoras para os problemas do curso não tem sido preocupação do colegiado.			
19. Elaborar e atualizar o currículo do curso, fixando pré-requisitos e requisitos paralelos tem sido atividade freqüente do colegiado.			
20. A articulação dos estudos do Ciclo Profissionalizante com os do Ciclo Básico não tem sido preocupação constante do colegiado.			
21. O fluxo das informações que interessam ao curso, oriundas de outros órgãos da administração central é precário.			
22. O grau de poder de decisão dos colegiados é satisfatório.			
23. O colegiado de curso é o órgão que realmente deve tomar as decisões pertinentes ao curso.			

I T E N S	CONCORDO	DISCORDO	TENHO DÚVIDAS
24. O colegiado de curso não avalia o produto da sua ação.			
25. O tempo destinado às reuniões de colegiado de curso pode ser considerado como desperdiçado.			
26. As metas definidas pelo colegiado, para direcionarem a sua ação, refletem as reais <u>ne</u> cessidades do curso.			
27. No contexto da universidade, os <u>colegiados</u> de curso são órgãos significativamente impor- tantes.			
28. Os docentes não sentem satisfação em inte- grar os <u>colegiados</u> de curso.			
29. O controle dos resultados da ação do <u>colegia</u> do, deve ser feito nos órgãos centrais da universidade.			
30. O conhecimento técnico e profissional <u>exis</u> - tente na universidade não é usado na toma- da de decisão.			
31. O colegiado de curso é um órgão que evita a duplicidade de funções dentro da universi- dade.			
32. As funções do colegiado estão bem definidas.			
33. Há no colegiado, uma preocupação constante em definir o perfil do profissional, <u>requeri</u> do pela sociedade.			
34. As atividades do colegiado, na sua maioria são de cunho administrativo e não didático.			
35. Na maioria das vezes, a busca da melhoria da qualidade do ensino é feita por professores não integrantes do colegiado.			

I T E N S	CONCORDO	DISCORDO	TENHO DÚVIDAS
36. Você sente real responsabilidade pelo alcance das metas da universidade e se comporta no sentido de atingi-las.			
37. Como membro do colegiado sua atitude é fortemente favorável à busca do alcance dos <u>objeti</u> vos daquele órgão.			

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Portugal, Presença, 1974. 120p.

BAUDELOT, C. & ESTABLET, R. L'école capitaliste en France. Paris, François Maspero, 1971. 241p.

BRASIL, Leis, decreto etc. Decreto nº 62.024 de 29.12.1967. Lex; coletânea de legislação, São Paulo, 31:2437, out./dez. 1967.

_____ Decreto-lei nº 19.851 de 11.04.1931. s.n.t. Mimeografado.

_____ Decreto-lei nº 53 de 18.11.1966. Lex; coletânea de legislação, São Paulo, 30(4):1680-1, 4.trimest.1966.

_____ Decreto-lei nº 253 de 28.02.1967. Lex; coletânea de legislação, São Paulo, 31(1):592-3, jan., fev. 1967.

_____ Lei nº 5.540 de 28.11.1968. Lex; coletânea de legislação, São Paulo, 32:1433-40, out., nov. 1968.

- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura; BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; BRASIL. Ministério da Fazenda. Reforma Universitária. Brasília, 1968. 119p. Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937/68.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. A reprodução; elementos para uma teoria de sistema de ensino. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975. 238p.
- CHAGAS, V. O departamento na organização brasileira. s.n.t. Mimeografado.
- CHAUÍ, M. de S. Ventos do processo; a universidade administrada. Cadernos de Debate, São Paulo, (8):31-56, 1980
- CHIAVENATO, J. Teoria geral da administração. São Paulo, McGraw Hill, 1979. 562p.
- CROZIER, M. O fenômeno burocrático. Brasília, UnB, 1981. 450p. (Coleção Sociedade Moderna, 2).
- CUNHA, L.A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975.
- _____. Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. Educação e Sociedade, São Paulo, 1(4):79-110, set.1979
- DEWEY, J. Vida e educação. 7.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1971. 113p.
- DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 8.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1972. 91p.
- ETIZIONI, A. Organizações complexas. São Paulo, Atlas, 1978. 466p.

ETIOZIONI, A. Organizações modernas. Rio de Janeiro, Pioneira/Atlas, 1967. 188p.

FÁVERO, M.L.A. Poder e participação em instituições universitárias particulares. Educação Brasileira, Brasília, 3(6): 29-41, 1.semest.1981

_____ A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977. 102p.

FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. 3.ed. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. 142p.

GRACIANI, M.S.S. O ensino superior no Brasil; a estrutura de poder na universidade em questão. Rio de Janeiro, Vozes, 1982. 164p.

JAGUARIBE, H. O modelo político e a estrutura econômica social brasileira. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (4):129-66, out.1978.

KATZ, F. & KAHN, R. Psicologia social das organizações. São Paulo, Atlas, 1976. 551p.

KIENTZ, A. Comunicação de massa; análise de conteúdo. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973. 182p.

LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1977. 320p.

LEAL, E.J.M. Democratização da universidade; discussão de alguns aspectos da questão na UFSC. Boletim de Ciências Sociais, Florianópolis, (26):27.47, jul./set.1982

- LIKERT, R. Administração de conflitos. São Paulo, McGraw-Hill, 1980. 393p.
- _____. A organização humana. São Paulo, Atlas, 1975. 154p.
- MANNHEIM, K. & STEWART, W.A.C. Introdução à sociologia da educação. São Paulo, Cultrix, 1972. 202p.
- MARTINS FILHO, A. A universidade no Brasil. Fortaleza, UFC, 1973. 75p.
- MERTON, R.K. Estrutura burocrática e personalidade. In: ETZIONI, A. Organizações modernas. São Paulo, Pioneira, 1967. p.85-92.
- MOTTA, F.P. O que é democracia. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 112p.
- MOTTA, F.P. & PEREIRA, L.C.B. Introdução à organização burocrática. São Paulo, Brasiliense, 1980. 310p.
- NAGEL, L.H. et alii. Reprodução e evasão na Universidade Estadual de Maringá. S.L., S.Ed. 1980. Mimeografado.
- PEREIRA, L.C.B. Empresários e administradores no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974. 239p.
- PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982. 118p.
- PROST, A. Une sociologie stérile; la reproduction, apud CUNHA, Luiz Antônio. Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. Educação e Sociedade. São Paulo, 1(4):79-110, set. 1979.

- RAMOS, J.F. Participação da comunidade universitária na escolha de seus dirigentes. Estudos e Debates, Brasília, (3): 190-5, 1980.
- RELATÓRIO, Meira Matos. Revista Paz e Terra. Rio de Janeiro, nº 9, 1969.
- RIBEIRO, D. A universidade necessária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. 307p.
- RIBEIRO, N.F. Administração acadêmica universitária. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977. 218p.
- ROMANELLI, O. História da educação no Brasil. 2.ed. São Paulo, Vozes, 1980. 267p.
- SAVIANI, D. A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, W. (org.). Inovação educacional no Brasil; problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez e Moraes, 1980. p.15-29.
- _____. Educação; do senso comum a consciência filosófica. São Paulo, Cortez e Moraes/Autores Associados, 1980. 226p.
- _____. Escola e democracia. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1983. 96p.
- SNYDERS, G. Escola, classe e luta de classe. Lisboa, Moraes, 1977. 406p.
- TRAGTENBERG, Maurício. A delinqüência acadêmica. Educação e Sociedade, São Paulo, 1(3):76-82, Maio 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Reforma universitária; avaliação da implantação nas universidades federais. Salvador, 1975. 2.V. (Convênio MEC/DAU/UFBa/ISP).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Atas das reuniões de colegiados de cursos de graduação. Florianópolis, 1981-83.

_____. Estatuto e regimento geral. Florianópolis, 1976. 94p.

_____. _____ ... 1979. 102p.

_____. Gabinete do Reitor. Portaria nº 150/79; regulamento dos colegiados dos cursos de graduação. Boletim de Pessoal, Florianópolis, 12(145):18-22, jan.1979

_____. Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Portaria nº 168/76. Boletim de Pessoal, Florianópolis, 10(115):58, jul.1976

VIEIRA, S.L. O discurso da reforma universitária. Fortaleza, UFC/PROED, 1982. 197p.

WEBER, M. Ciência e política. São Paulo, Cultrix, 1968. 124p.

_____. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1964. 120p.